



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Item 1.

Medida Provisória nº 472-B, de 2009

(Do Poder Executivo)

Continuação da votação, em turno único, da Medida Provisória nº 472-B, de 2009, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste — REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno — PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional — RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante — FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante — CDFMM; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; altera a redação da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida — PMCMV; e dá outras providências.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeiro a V.Exa., nos termos do inciso VI do art. 117, combinado com o item 1, alínea ‘a’, inciso I do art. 101 do Regimento Interno, a retirada de pauta da MP 472/09, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, 24 de março de 2010.

Assina o ilustre Líder do PSDB.



O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Para falar contra o requerimento, com a palavra o ilustre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse destaque é...

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Não é destaque, não. É requerimento de retirada de pauta.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Ah, eu pensei que o *kit*...

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Não, é um requerimento de retirada de pauta.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Está bem. É o *kit* obstrução: repetitivo, sem novidade, requerimento por cima de requerimento, para cansar o Plenário.

Eu só quero alertar o País e a Câmara dos Deputados de que essa obstrução vai dificultar a votação das matérias que a Oposição diz aqui que quer votar. Nós estamos empenhados em votar essa medida provisória, em votar a Medida Provisória nº 475, de 2009, e em votar alguns projetos nesta sessão extraordinária. Por isso, nós somos contra esse requerimento de retirada de pauta. É um processo que não serve, no meu modo de entender, aos objetivos da Oposição, que diz que quer discutir propostas, que quer discutir programas, que quer polarizar conosco.

É uma obstrução de que nós já conhecemos o rito. Há uma espécie de roteiro. Esse roteiro precisa ser mais criativo, Deputado Aleluia. Ele tem de ser criativo para que haja questões de ordem novas, questões de ordem mais interessantes para enfrentarmos. Só há requerimento de retirada! Daqui a pouco vai haver outro, vai haver outro...



Nós vamos enfrentar esse *kit* obstrução. Por isso, nós chamamos os Deputados para virem ao plenário. Nós queremos votar a Medida Provisória nº 472, de 2009. Essa medida provisória é importante, porque as isenções que ela prevê, as facilidades corretas que ela preconiza ajudam o desenvolvimento econômico do País numa área importante. Por isso, Sr. Presidente, é importante votarmos essa Medida Provisória nº 472, de 2009. Já votamos o principal. Queremos votar os destaques.

Queremos votar a Medida Provisória nº 475, de 2009, que a Oposição diz que quer votar, mas antes temos de liberar a Medida Provisória nº 472. Como ela está numa obstrução de que nós já conhecemos o resultado, vamos aqui repetindo o voto, pedindo verificação, os Deputados demoram algum tempo para chegar ao plenário, e assim nós vamos governar o País, porque essa linha de obstrução não dificulta o Governo. Vejam os dados, vejam os números do crescimento, do emprego, da popularidade de Lula, vejam como o País está sentindo-se bem melhor!

Portanto, esse tipo de espuma que se faz aqui não é o caminho mais adequado, mas, já que está sendo feita, vamos derrotá-la. Por isso, somos contra o requerimento, e chamamos os Deputados para que venham ao plenário, porque vai haver verificação, e nós vamos pedir verificação conjunta.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para falar em favor do requerimento, com a palavra o ilustre Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vejam que interessante! Na sua manifestação, o Deputado do PT que me antecedeu chamou esse requerimento de *kit* obstrução. Eu pergunto: qual era o comportamento do PT quando era Oposição, até chegar ao Poder, aqui nesta Casa? Que tipo de comportamento tinha o Partido dos Trabalhadores neste plenário antes de ser Governo senão a obstrução permanente, absoluta e contra o País?

Nós não fazemos o *kit* obstrução aqui, em todas as sessões, em todos os projetos do Governo. Quando nós temos o que acrescentar, quando nós temos o que discutir, quando nós temos o que aperfeiçoar, nós manifestamos a nossa opinião. E nós não estamos obstruindo, aqui, sem razão de ser. O PT votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, votou contra o Plano Real, votou contra o plano de estabilização do sistema financeiro, o PROER — e ajudamos a aprovar o PROER de Lula no ano passado, aqui, para o bem do País —, votou contra um monte de coisas para ser contra, contra qualquer coisa. Agora, não venham chamar aqui o posicionamento da Oposição de *kit* obstrução. Nas boas democracias, a Oposição tem de ser respeitada, tem de ser inclusive ouvida, diferentemente da posição que vimos aqui na semana passada, do PT, que foi contra a moção de apoio à liberdade de imprensa em Cuba por uma questão meramente ideológica. Encaminhou inclusive o voto contrário aqui, mas virou o voto na hora de aprovar a moção.

Portanto, essa é a incoerência de quem quer permanecer no Poder a qualquer preço.



O que nós estamos fazendo aqui, Sr. Presidente? Estamos apresentando este requerimento de retirada de pauta porque nós queremos que o Relator da medida provisória que reajusta os salários dos aposentados e das pessoas dependentes da Previdência possa aceitar algum ponto de discussão. Ele, sumariamente, não acolheu nenhuma emenda, não permitiu nenhuma forma de diálogo. Este é o único instrumento que cabe à Oposição, que é minoria, para defender o interesse seu, da senhora que nos está vendo agora, e que não teve a oportunidade nem de ser considerada, na hora de manifestarem esses argumentos sobre as emendas ao projeto que trata do reajuste dos aposentados do nosso País. É isso que nós estamos defendendo.

Portanto, não me venham tachar a atitude da Oposição de *kit* obstrução. Nós não fazemos obstrução a todo custo, a todo preço, como fez sempre o PT aqui nesta Casa, até virar Governo.

Por isso, Presidente, nós queremos apoiar o requerimento de retirada.



O SR. ELISEU PADILHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ELISEU PADILHA (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, se aqui estivesse teria votado de acordo com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para orientar a bancada, concedo a palavra ao amigo e Líder do DEM, Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Inocêncio Oliveira, o Brasil teve um técnico de futebol muito conhecido, chamado Neném Prancha, que dizia o seguinte: pênalti é tão importante que quem deve bater é o presidente do clube. E o Governo do PT considera tão importante não dar aumento para o aposentado que colocou como Relator o presidente do clube. Sabem quem é o Relator da medida provisória que não concede aumento ao aposentado? É o Líder Vaccarezza! Ou seja, ele diz o seguinte: é tão importante isso aqui que ninguém vai ter coragem de fazer uma desgraça dessas com os aposentados. Eu mesmo vou cobrar esse pênalti.

E sabe o que ele fez, Presidente? Ele, como presidente do clube, está dizendo que todas as emendas em favor do aposentado são inadmissíveis. Então, é por isso que a base do Governo está com vergonha de vir votar, porque sabe que dar *quorum* agora é ficar contra o aposentado.

Nós estamos aqui obstruindo para obrigar o Líder do Governo, que na verdade, como Neném Prancha dizia, é o presidente do clube, a ceder alguma coisa em favor do aposentado. Se o Líder do Governo — eu disse a ele desde ontem isto, e inclusive está no meu site www.josecarlosaleluia.com.br —, se ele ceder em alguma votação, eu não quero nem ver o resultado; eu quero votar aqui no painel, para o aposentado saber quem está a seu favor e quem está contra ele. E o Líder do Governo não admite sequer votar. Quer derrotar o aposentado sem voto.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - O DEM vota “sim”.



Para orientar a bancada em nome do PSDB, concedo a palavra ao ilustre Líder Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PSDB vai orientar o voto “sim”. Apresentamos aqui com muita clareza os nossos argumentos. Não se trata, aqui, de fazer um processo de obstrução, simplesmente. O de que nós nos estamos valendo aqui é do instrumento do Regimento para defender o direito de pelo menos serem consideradas melhoras no projeto que vai tratar da mudança do reajuste dos aposentados do nosso País.

Os representantes do PT, do Governo, vivem aqui no microfone dizendo que são defensores dos aposentados, mas, na hora de votar o projeto, há alguns meses fizeram até o Relator se retirar, e agora colocaram como Relator da medida provisória o Líder do Governo, que, de maneira absolutista, não acolheu nenhuma emenda, não permitiu em nenhum instante qualquer forma de diálogo.

Nós queremos, com esse requerimento, abrir o diálogo democrático, para podermos aperfeiçoar o texto e melhorar o reajuste dos aposentados.

Portanto, o PSDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Para orientar a bancada pelo Bloco PSB/PCdoB/PMN/PRB, concedo a palavra ao ilustre Líder Deputado Flávio Dino.

O SR. FLÁVIO DINO (Bloco/PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, é curioso notar que os companheiros da Oposição descobriram agora onde fica Cuba. Passaram-se anos e anos, e eles pensam que a eleição vai ser em Cuba. Temos de informar a eles que a eleição vai ser no Brasil, que temos de fazer o debate sobre o Brasil.



E é sobre o Brasil que nós queremos discutir. Por isso, somos contra o requerimento de retirada, e queremos votar essa medida provisória e as seguintes, inclusive a Medida Provisória nº 475/2009, que trata dos aposentados.

Reunimos o Bloco hoje à tarde, sob a liderança do Deputado Daniel Almeida, o nosso Líder, e vamos manter nossas emendas, e queremos debatê-las, contra essa ideia de rejeitá-las em bloco. Nós defendemos que haja um debate real sobre a Medida Provisória nº 475, que haja um reajuste efetivo, um reajuste expressivo para os aposentados. É importante que a base do Governo evolua nessa direção, e esse é o esforço do PSB, do PCdoB, do PMN e do PRB.

Votamos “não” ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para orientar a bancada em nome do PPS, concedo a palavra ao ilustre Líder Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, esse debate sobre Cuba é interessante, e é preciso lembrar que na eleição de 2002 houve farta divulgação, inclusive, de que teria vindo dinheiro de Cuba para financiar a eleição no Brasil, para determinados setores. Então, é evidente que desde 2002 Cuba tinha alguma relação com as eleições brasileiras. Houve uma acusação de que determinado partido recebeu dinheiro de lá. Então, é um debate sempre importante e atual a questão cubana.

Mas, em relação especificamente à retirada de pauta, qual é a preocupação do PPS? Nós estamos aqui, ano após ano, lutando para aprovar um reajuste melhor para os aposentados, e nós não conseguimos. Aliás, quando nós conseguimos, o Presidente Lula vetou. Então, é por isso que nós queremos pressionar um pouco



esta votação, para ver se sensibilizamos o PT a acatar uma das nossas emendas, para podermos votar no painel e ver quem é favor ou não dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Para orientar a bancada do PT, com a palavra o Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota “não”, e responde que há um *kit* obstrução e uma tentativa desesperada de misturar o *kit* obstrução com o *kit* eleitoral. E o tempero do *kit* eleitoral é um antipetismo raivoso e ideológico.

Nós votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “não”, Sr. Presidente. O PMDB quer votar a medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Pelo PTB, com a palavra o nobre Líder Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB, Sr. Presidente, vota “não”, e sugere à Oposição do Brasil que efetivamente encontre um discurso para que o debate aqui fique mais apurado, para que as pessoas possam efetivamente compreender o que é que a Oposição defende para o Brasil.

Na verdade, a Oposição do Brasil está tão sem discurso que viraram todos militantes de Fidel Castro. Aliás, há um partido da Oposição, cujo nome eu não quero citar, que já teve 4 nomes. Na época da ditadura tinha um nome, depois



mudou de nome, mudou de nome, mudou de nome, e agora está com um nome bossa nova, um nome moderno, mas...

Esse povo, que sempre foi aliado à Direita, de repente vira comunista. É uma Oposição comunista! (*Risos.*) Portanto, eu quero dizer que todos nós, por respeito aos aposentados, queremos votar “não”, e queremos discutir o projeto dos aposentados, mas com responsabilidade, não com panfletagem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Para orientar a bancada em nome da Minoria, tem a palavra o ilustre Vice-Líder Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quem te viu e quem te vê, PT! Essa é a grande verdade. Hoje é uma posição extremamente incômoda a de, com a responsabilidade de Governo, ter de se posicionar contra os interesses dos aposentados.

E tem mais, Sr. Presidente: na última reunião de Líderes, o Deputado Cândido Vaccarezza chegou a falar da possibilidade de um entendimento, no sentido de votarmos em 2010 o reajuste proposto pelo Governo, e em 2011 nós discutiríamos, depois das eleições, quais seriam no Orçamento os recursos destinados aos aposentados.

Ora, Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma, uma proposta dessas é simplesmente jogar para a frente uma decisão que precisa ser tomada agora! Agora é a hora de mostrar a cara, é hora de mostrar a que veio o PT. E a proposta apresentada pelo Líder não é nessa direção, razão pela qual nós orientamos, pela Minoria, o voto “sim” a esse requerimento, porque nós queremos votar, sim, essa proposta dos aposentados.



Que cada um daqueles que aqui estão mostre efetivamente a que veio. E nós estamos defendendo essa posição, e queremos que a proposta da Minoria seja vitoriosa, e esta obstrução tem o sentido de preservar os interesses dos aposentados, sim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - O Presidente vai ser rígido agora, 1 minuto e nada mais. Terminou o minuto, acabou-se.

Para orientar a bancada em nome do Governo, tem a palavra o ilustre Líder Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como eu fui citado nominalmente, e de forma agressiva, pelo Deputado Aleluia, gostaria que V.Exa. me desse mais 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - V.Exa. tem mais 1 minuto.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Primeiro, não serão aleivosias nem mentiras que vão dar razão a ninguém. Por exemplo, esse reajuste que os aposentados vão ter em 2010 foi votado por todos os Deputados aqui na Casa quando aprovaram o Orçamento. E o reajuste de 2010 é o maior reajuste que qualquer país do mundo deu em 2010 para aposentados. Desafio a Oposição a ver no mundo quem deu reajuste de 2,14%, acima da inflação, para os seus aposentados: foi o Presidente Lula, e foi aprovado nesta Casa. Então, nós somos campeões da bondade para os aposentados, não da maldade.

Em segundo lugar, todos sabemos que seria mentira se dissessem aqui que o Presidente Fernando Henrique arrochou o salário dos aposentados. No primeiro ano de Fernando Henrique houve um reajuste acima da inflação. Há questionamento dos



aposentados porque aí veio o Plano Real, veio a URV, vieram algumas questões que levantam a discussão de índices. Na melhor das hipóteses, pode-se dizer até que foi o maior que já houve.

Durante o nosso Governo, em nenhum ano os aposentados tiveram um reajuste menor do que a inflação. E no ano de 2009, que foi o ano da crise no mundo, houve o maior reajuste do mundo para os aposentados. Então, não adianta vir com bobagens, nem impropérios, achando que o povo é bobo, porque o povo não vai enganar-se. O povo sabe de que lado está a razão, de que lado estão aqueles que defendem os interesses do Brasil e do povo brasileiro. É por isso que o Presidente Lula é amado pelo povo e odiado por aqueles Deputados que só sobem à tribuna para combatê-lo.

É importante, no ano de eleição, todos olharmos as condutas de quem está ao lado do povo e de quem está contra o povo. Da minha parte, quero aqui reafirmar o nosso compromisso com a maioria do povo brasileiro, com o desenvolvimento econômico, com a distribuição de renda, com um Governo sério que está trabalhando para melhorar a vida do povo e criar empregos.

Somente em fevereiro os empregos criados são o dobro dos criados em qualquer ano do Governo Fernando Henrique Cardoso. Quase o dobro, para não exagerar. Por isso, nós queremos discutir primeiro essa medida provisória, que é muito importante para o Brasil e para o povo brasileiro, porque coloca dinheiro no Minha Casa, Minha Vida, porque faz desonerações de impostos, porque ajuda o desenvolvimento. Então, nós queremos votar, e a Oposição está contra. E está contra porque, como o povo já identificou, eles são do não, são do lado da tristeza,



são do lado dos contra. E nós que não temos medo de ser feliz queremos discutir o que interessa ao povo.

Portanto, votamos “não”, e orientamos a base a votar “não”, para podermos ainda hoje aprovar a medida provisória que concede aumento para os aposentados, porque se ela for reprovada o aumento dos aposentados vai cair, vai ser igual à inflação.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Michel Temer, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PR como vota?

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o Deputado Aleluia citou Neném Prancha, falando sobre a batida do pênalti. Eu também quero citar Neném Prancha, que disse que goleiro é tão azarado que se urubu pousasse no campo, pousaria em cima da trave.

Nós não queremos mais urubu pousando em cima da cabeça dos aposentados. Isso é muito sério. O Partido da República está preocupado com isso, está preocupado com as emendas. Precisamos votar essas emendas. Isso é de fundamental importância.

Temos percebido o esforço do Governo do Presidente Lula em relação ao salário mínimo, em relação aos aposentados. Isso é inquestionável. Mas é preciso chegar a um pouco mais, para dar o devido valor a eles.

Em relação à retirada de pauta, o Partido da República é contrário. Vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PR é contrário. Vota “não”.

O PP como vota?

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Vaccarezza acabou de desafiar o Governo anterior com uma comparação plebiscitária. Eu queria comparar o Governo do PT e do PSDB, os 2 juntos, com os 20 anos do regime militar, nos aspectos econômicos. Nós vamos dar-lhes um banho, porque passamos da 49ª economia do mundo para a 8ª, e não havia essa história de crescer emprego, porque o Brasil vivia com pleno emprego. E mais: os direitos humanos eram respeitados, Sr. Presidente, tanto é que nós



tínhamos liberdade para sair às ruas, para passear, tínhamos o direito de ir e vir. Hoje em dia, vivemos presos em nossas casas.

E assim sendo, o Partido Progressista não abre mão de discutir a questão do real aumento do valor dos proventos dos aposentados. Recomendamos o voto “não” a essa proposta, Sr. Presidente, porque não abrimos mão de discutir aqui o aumento para uma grande massa de trabalhadores que contribuiu com 10 salários mínimos e hoje recebe 8. E até digo mais: no regime militar, tínhamos 20 salários mínimos de referência; depois, os Governos democráticos passaram para 10, e agora, na mão grande, passaram para meia dúzia.

Então, o PP vota “não” a essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PP vota “não”.

E o PDT, Deputado Miro?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”, Presidente, com a mesma visão de votar logo os projetos sobre aposentados. Temos aqui a questão da atualização dos vencimentos dos aposentados, e temos também a relativa ao fator previdenciário, que também nós interessa votar.

E nós olhamos com muita serenidade e muita alegria, até, o debate que se trava, com mudanças de posição de um lado e de outro. Nós, cá, podemos garantir: a nossa posição é a mesma, de defesa dos direitos dos aposentados, do setor público e do setor privado. É hoje como foi ontem. Tivemos adversários diferentes nas 2 oportunidades, mas o Movimento de Aposentados do PDT, até numa reunião em São Gonçalo, afirmou sua disposição de estar presente à luta, na votação dos 2 projetos de interesse dos aposentados.



Nós vamos votar contra a obstrução a essa medida provisória.

O voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O voto é “não”.

E o PSC?

O SR. CARLOS ALBERTO CANUTO (PSC-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC encaminha o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PSC vota “não”.

E o PV?

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PV encaminha o voto “não”, mas quer destacar aqui que este mesmo Plenário e o Congresso Nacional votaram a legislação que garantiu nos últimos anos os 50% da variação do PIB mais a inflação para corrigir o salário dos aposentados. Como nós tivemos um problema econômico no mundo, que obviamente também atingiu o Brasil, a expectativa de reajuste para 2011, com referência ao PIB, é zero; agora, nem por isso estamos contentes por estar-se projetando zero para 2011. O processo de negociação já se iniciou, nós já estamos discutindo com o Governo, porque também não queremos que continue sendo 0%.

Então, vamos encaminhar o voto “não”, com a consciência de que vamos buscar alternativas para melhorar o salário dos aposentados em 2011.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PV vota “não”.

E o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL quer dizer que desde o primeiro momento defende inclusive a proposta que veio do Senado, do Senador Paim, no sentido de se dar o aumento



dos aposentados de acordo com o do salário mínimo, e todas as questões que dizem respeito à justiça social, que dizem respeito à distribuição de renda e, rigorosamente, àqueles que já deram sua contribuição para a sociedade, que hoje estão aposentados e são atacados em seus direitos.

Por isso, o PSOL apoia qualquer iniciativa nessa direção, mas entende que, neste momento exato, não é com esta obstrução que nós vamos alcançar esse objetivo. Nós temos que ir para o debate sobre essa questão e inclusive a outra ligada aos aposentados, e é a pauta que nós definimos como prioritária na reunião de Líderes.

Por isso, o PSOL vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PSOL vota “não”.

Há alguém mais para votar? (*Pausa.*) E Minoria? (*Pausa.*)



O SR. GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, voto “sim”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 052.4.53.O
Data: 24/03/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP) - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA) - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP) - Sr. Presidente, verificação conjunta.

Conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Verificação conjunta concedida.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em defesa dos aposentados, para forçar o Governo a negociar o aumento dos aposentados, o Democratas faz obstrução. É pelos aposentados.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PPS está em obstrução.



O SR. FERNANDO MARRONI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, votei com o partido nas votações anteriores.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos, nós do Pará, lá do sul do Pará, do oeste do Estado do Pará, uma ansiedade que aflige toda a população, porque há uma perspectiva de se criarem os Estados de Carajás e Tapajós, que remonta a 20 ou 30 anos, e logicamente nós entendemos que essa seria a grande emancipação daquela região, no sentido de poder avançar, com um crescimento acelerado.

É uma região extraordinária, onde o povo brasileiro com certeza gostaria de estar investindo, principalmente no Carajás, em que o PIB cresce 18%, 19% ao ano, cresce mais que o da China. Portanto, todo empresário brasileiro gostaria de lá estar. O que é preciso de fato é haver um Governo discipline a ocupação daquela área, que faça um planejamento estratégico de desenvolvimento.

Lamento profundamente que na data de hoje não possamos votar a autorização do plebiscito sobre a criação do Estado de Carajás e do Estado de Tapajós, no oeste do Estado do Pará.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem a palavra o Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O PSDB, Sr. Presidente, pede que se registre a nossa orientação como de obstrução, e inclusive esclarece aqui que, em face do comportamento dos próprios representantes do Governo, nós não teremos a menor dificuldade de, em havendo abertura para que possamos rediscutir as emendas que foram apresentadas para o projeto que trata do reajuste dos aposentados, suspender nosso movimento de obstrução, até porque nossa obstrução é no sentido de abrir o diálogo e poder melhorar o projeto e defender os interesses dos aposentados do Brasil, diferentemente da posição absolutista do Relator, que negou discutir qualquer das emendas apresentadas.

Portanto, abra-se o diálogo, e nós votaremos todas as matérias que estão aqui sendo discutidas.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a posição da Minoria, de obstrução.



O SR. FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Líder Fernando Ferro, V.Exa. tem a palavra.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há 30 anos, na cidade de San Salvador, em El Salvador, foi assassinado D. Oscar Romero.

Hoje a Embaixada de El Salvador faz uma homenagem a esse mártir da democracia e dos direitos humanos.

Na Catedral de El Salvador foi praticado um dos mais terríveis e hediondos crimes contra um homem, um homem santo, que lutava em defesa dos direitos humanos e que foi assassinado por grupos de extermínio conservadores de direita daquele País. Ele é hoje um símbolo da democracia e dos direitos humanos na América Latina.

Portanto, a pedido de vários Parlamentares da Comissão de Direitos Humanos, solicitamos a V.Exa que este Plenário observe 1 minuto de silêncio em homenagem a Dom Oscar Romero.

Haverá uma missa hoje, às 19h30min, promovida pela Embaixada de El Salvador, e nós, atendendo a um pedido dos membros da Comissão de Direitos Humanos, solicitamos a V.Exa. que apresente, para apreciação deste Plenário, homenagem de 1 minuto de silêncio a esse mártir dos direitos humanos, D. Oscar Romero — há 30 anos martirizado na Catedral Metropolitana de San Salvador —, que para todos nós é uma referência na luta pela promoção dos direitos humanos em nosso Continente.



O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou propor também, em conjunto, que se faça 1 minuto de silêncio por Orlando Zapata Tamayo, assassinado pelos grupos de esquerda de Cuba.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Mas ele faleceu? Não entendi.

O SR. FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, D. Oscar Romero, Bispo de El Salvador e símbolo da luta pelos direitos humanos, foi morto, há 30 anos, na Catedral Metropolitana daquele país. Hoje acontece uma missa, promovida pela Embaixada de El Salvador, em homenagem à sua memória e a esse martírio. A Comissão de Direitos Humanos solicita, do Plenário desta Casa, observância de 1 minuto de silêncio em homenagem a esse mártir latino-americano que faz parte da luta em defesa e promoção dos direitos humanos em nosso Continente.



O SR. WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queremos repudiar, no dia de hoje, o manifesto tornado público pelo Rio de Janeiro no qual expôs as razões para fazer aquele protesto contra a decisão desta Casa de aprovar a redistribuição dos *royalties* do petróleo.

O manifesto que o Rio de Janeiro apresentou cometeu injustiça, porque a maioria das razões não representa a verdade. Pelo contrário, comete grandes injustiças com os Estados mais pobres do País.

Sr. Presidente, o povo brasileiro tem pela frente uma luta para garantir, no Senado, a aprovação de uma distribuição mais justa dos *royalties* da exploração petrolífera.

Ora, até mesmo em nome do princípio federativo, a riqueza petrolífera, apesar de localizada em um ou outro Estado, é nacional, e não pertence apenas aos Estados que alegam possuir localização física na área de exploração petrolífera, já que a área explorável situa-se a centenas de quilômetros de distância da costa marítima, está em alto mar — encontra-se a muitos quilômetros de profundidade — e o mar é patrimônio da União, razão pela qual pertence a toda a nossa Nação. Logo, deve ser dividida entre todos os Estados.

É uma questão, inclusive, constitucional respeitar a unidade federativa de nossa República. Por isso, o texto aprovado pela Câmara dos Deputados respeita a Constituição, que determina que o patrimônio encontrado no mar não pertence a nenhum Estado, mas à União.



A chamada Emenda Ibsen Pinheiro impõe uma nova distribuição dos *royalties* para que todos os Estados e Municípios, independente de serem produtores ou não, recebam segundo as regras dos Fundos de Participação dos Municípios e dos Estados. Nada mais democrático e federativo!

Não se trata de ser contra o Rio de Janeiro. Afinal, ninguém é contra o Rio de Janeiro, mas tenho certeza de que o Rio de Janeiro também não é contra o Brasil. A camada petrolífera do pré-sal é um patrimônio nacional descoberto que deve ser compartilhado por todos os Estados e Municípios.

Não se pode deixar Rio de Janeiro e São Paulo — os Estados mais ricos — em situação privilegiada em relação aos Estados mais pobres. É preciso que todo o País seja contemplado. Assim, não é mais possível manter-se a diferenciação dos *royalties* entre os Estados e os Municípios produtores de petróleo e os demais. É verdade que o petróleo é uma riqueza nacional de importância extraordinária, localizado onde a natureza quis, mas não é porque alguns poucos Estados já obtêm *royalties* dele que deve deixar de haver preocupação com as regiões que não usufruem dessa riqueza.

Esta é a oportunidade que o Brasil tem de diminuir a desigualdade social, devido ao fato de a exploração do pré-sal prever o dobro do que já foi explorado nos últimos 100 anos no Brasil. O Brasil fez uma descoberta fenomenal, pois havia uma previsão de reserva nacional para, no máximo, 19 ou 20 anos e, repentinamente, a PETROBRAS conseguiu a extraordinária descoberta de área petrolífera situada na camada pré-sal.

Desse modo, cada Parlamentar, cada Senador, neste momento, tem a desempenhar um papel de suma importância. E aqui vai o apelo para que



procuremos entender a dinâmica dos *royalties* e sua utilização em prol de eliminar as diferenças regionais. Apelamos também para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujo Governo tanto tem feito pela correta distribuição da justiça social, mediante uma melhor distribuição dos frutos de nossa economia entre os diversos Estados-membros da Nação. Apelamos para S.Exa. no sentido de que não vete a Emenda Ibsen Pinheiro, pois ela é distribuidora de justiça a todos os Estados e Municípios do Brasil.

Com o ingresso dos *royalties* advindos da exploração da camada petrolífera do pré-sal, por exemplo, novo leque de possibilidades se abre à região sofrida de minha terra e de todo o Nordeste. Com tal ingresso de nova receita, será possível criar programas de geração de empregos, combate a doenças, enfim, tendo como meta central a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região.

Contra esses que tratam com desprezo o Nordeste e as regiões mais carentes do País, defendemos que haja partilha igualitária dos recursos com as demais Unidades federativas.

Obrigado.



O SR. LUIZ COUTO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Michel Temer, solicito a V.Exa. que determine a manutenção dos postos eletrônicos das bancadas. Daqui a pouco não mais poderemos votar, porque quase todos os postos estão em manutenção — e é uma manutenção permanente. Peço a V.Exa. seja providenciado o conserto.

Temos dificuldade de votar aqui: vamos a um painel e não conseguimos votar. Ou o painel está com problema ou em manutenção. Daí a necessidade do conserto, para que, no momento das votações nominais, tenhamos postos em perfeitas condições.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - A reclamação de V.Exa. é procedente. Portanto, determinarei à Administração da Casa que mande examinar todas as bancadas e verificar os defeitos.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vou pedir aos Srs. Deputados que venham ao plenário. Não podemos passar toda a tarde aqui. Quem está em obstrução está em obstrução. Mas vários partidos que não estão em obstrução não se encontram em plenário. Ou venham logo a plenário, ou encerro a sessão, com as consequências administrativas de sempre.



O SR. PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desejo fazer 2 rápidos registros.

Quero, de público, reconhecer o trabalho desenvolvido nesta Casa por uma Comissão da qual não fiz parte, a chamada CPI do Sistema Carcerário.

V.Exa. sabe que, muitas vezes, esta Casa tem sido criticada pela imprensa, mas quero dizer a V.Exa. que fiquei emocionado, na última segunda-feira, à noite, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, quando foi feito o lançamento do vídeo, resultado do trabalho desta Comissão, que teve como Relator o Deputado Domingos Dutra. Trata-se de publicação de mais de 600 páginas que faz uma radiografia completa do sistema carcerário brasileiro. É um trabalho primoroso que merece o reconhecimento desta Casa e da sociedade brasileira. Até sugiro a V.Exa. que pense numa forma de fazer o lançamento do vídeo. É um vídeo de 25 minutos, um retrato impressionante do sistema carcerário.

A Comissão visitou os 27 Estados do País. É uma obra-prima da denúncia contra o descaso da sociedade brasileira com os seus presídios.

Por fim, Sr. Presidente, V.Exa. sabe que assumi a Presidência da Comissão de Legislação Participativa.

Desde fevereiro do ano passado tramita nesta Casa um projeto de resolução para homenagear, em um dos plenários das Comissões, o nosso ex-Deputado Adão Pretto. Outros processos semelhantes tramitaram com mais brevidade. Por isso peço a V.Exa. que examine o projeto de resolução, porque está na Mesa há bastante tempo.



Acho que seria muito importante que pudéssemos ter uma decisão a respeito desta matéria, fazer justiça, promovendo uma grande homenagem à luta, à trajetória e à história do Deputado Adão Pretto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Quero aproveitar o que V.Exa. diz para registrar que talvez eu venha mesmo a exibir este vídeo para os Srs. Deputados. Eu também o assisti, e deverá impressionar a todos aqueles que irão conhecer o sistema carcerário. Portanto, um trabalho muito adequado da Comissão Parlamentar que tratou da matéria e revelou a importante atuação dos Parlamentares, mesmo fora do plenário.

Segundo ponto. Ontem, o Presidente Gilmar Mendes trouxe-me anteprojetos que dizem respeito à melhora da processualística penal, especialmente voltada para o sistema carcerário.

Para os senhores terem ideia, o Presidente Gilmar Mendes me dizia que o CNJ detectou presos provisórios há 14 anos, incapazes de fazer contatos para poder abandonar a penitenciária ou a prisão, o que revela, na verdade, nossa miséria social.

No caso dos anteprojetos enviados por S.Exa., eu hoje, na reunião da Mesa, pedi para examiná-los a fim de convertê-los em projetos da mesma Mesa e enviá-los à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para a apreciação com urgência dessas matérias.

Finalmente, quero apenas comunicar ao Plenário — e convidar a todos, pois o tema é extremamente polêmico — que resolvemos fazer uma Comissão Geral, no plenário da Câmara dos Deputados, para discutir a legalização dos jogos de bingos.



Estamos convidando os mais variados setores: o presidente da Associação de Bingos, presidentes de associações de jogos, representantes do Ministério da Fazenda, da Receita Federal, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras — COAF, da Caixa Econômica Federal. Enfim, vamos promover um amplo debate para que, se viermos a colocar em pauta a matéria e ela for aprovada, não soframos eventuais interpretações equivocadas por parte da sociedade brasileira.



O SR. DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Deputado Domingos Dutra, tem a palavra V.Exa.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero reforçar as palavras do Deputado Paulo Pimenta e as de V.Exa.

Fui Relator da CPI do Sistema Carcerário, e, ao final dos trabalhos, foi sugerido realizarmos uma Comissão Geral. Entre os produtos da CPI — o relatório, os 12 projetos de lei, as 42 recomendações —, consideramos que o DVD é um instrumento pedagógico fantástico para a sociedade brasileira. As pessoas, depois que assistem ao DVD, mudam sua visão sobre o sistema carcerário.

Quero pedir a V.Exa. a realização de uma Comissão Geral sobre o sistema carcerário, que não diz respeito unicamente àqueles que estão atrás das grades, ou por sentença, ou de forma provisória, mas aos 180 milhões de brasileiros que precisam de segurança.

O sistema carcerário brasileiro, do jeito que está hoje, não recupera absolutamente ninguém e é um fator preponderante, continuado de insegurança.

Faço o apelo a V.Exa. para que promova a Comissão Geral sobre o tema, reforçando o papel da Câmara nesse processo.

Estive na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da OEA, falando do relatório e entreguei este vídeo e as fotografias. E a referida Comissão virá ao Brasil, porque o tema é relevante para todos os brasileiros.

Portanto, reforço a ideia da Comissão Geral para exibir o vídeo, que é muito importante para a sociedade brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como Líder, tem a palavra o Deputado

Miguel Martini. (*Pausa.*)



O SR. JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, estou aguardando respeitosamente, mas poderia fazer minha intervenção em termos de questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Pois não. Acontece que o Líder tem preferência. Mas enquanto ele se dirige à tribuna, V.Exa. pode se manifestar.

O SR. JÚLIO DELGADO (Bloco/PSB-MG. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero comunicar a V.Exa., respeitosamente...

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Pois não.

O SR. JÚLIO DELGADO - V.Exa. indeferiu uma emenda nossa com base no argumento de que versava sobre assunto estranho à matéria. Quando votamos o Fundo Social, a inclusão da matéria da recompensação dos aposentados, dizíamos que chegaria o momento de votar essa matéria.

Estamos na iminência de votar as Medidas Provisórias nºs 474 e 475, sendo que uma delas foi indeferida por V.Exa. E a emenda de que recorri já leva o número de Recurso nº 395, porque versa sobre matéria estranha, mas não é estranha ao nosso julgamento.

Então, respeitosamente, apresentamos recurso para ser apreciado por esta Casa, por este Plenário num momento oportuno, porque realmente está chegando a hora da onça beber água.

Vamos votar a questão dos aposentados nessas 2 medidas provisórias, e eu, respeitosamente, encaminho recurso que apresentei à Mesa por indeferimento de V.Exa.

Agradeço ao nobre Líder, Deputado Miguel Martini, a sua atenção.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Muito bem, examinaremos o recurso de V.Exa., em primeiro caso, como um pedido de reconsideração. Se não houver reconsideração, traremos para o Plenário.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Miguel Martini, para uma Comunicação de Liderança, pelo PHS.

O SR. MIGUEL MARTINI (PHS-MG. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso a tribuna para tratar basicamente de 2 assuntos. O primeiro diz respeito a nós, mineiros, de modo especial, por uma decisão, no mínimo estranha, da Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC.

Pasmem V.Exas. que a ANAC anula a Portaria nº 993, que havia editado em cima de outra portaria, sob a alegação de que a atual portaria, a de nº 993, não tem sustentação técnica. Então a ANAC havia editado uma portaria sem nenhuma fundamentação técnica. E, ao anular a portaria, a ANAC não diz qual a portaria que irá vigor.

Por detrás disso nós sabemos o que está acontecendo: os mineiros têm claro que o estudo feito pela INFRAERO a respeito dos aeroportos em Belo Horizonte diz claramente que o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, é um aeroporto para voos domésticos e internacionais.

O Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, conhecido como Aeroporto da Pampulha, é preparado para voos regionais, com aeronaves de, no máximo, médio porte, porque não oferece segurança de pouso às aeronaves nem segurança aos que moram próximo ao aeroporto, porque já está com nível de ruído muito acima daquele que é permitido pela lei. Tanto que, em outubro do ano passado, foi feito um Termos de Ajuste de Conduta — TAC entre a INFRAERO e a Secretaria de Meio Ambiente, no qual a INFRAERO se compromete a não modificar e a não permitir que aeronaves de grande porte operem naquele aeroporto.



Com a anulação dessa portaria, há o risco, a ameaça, que nós, mineiros, não aceitaremos, de que os voos de grande porte voltem ao Aeroporto da Pampulha. Isso desmobilizaria tudo o que está sendo feito no Aeroporto Internacional de Confins, com o crescente aumento dos voos domésticos e internacionais.

Esperamos que a própria INFRAERO, que assumiu o compromisso de duplicação do terminal de passageiro, e cujo projeto está pronto, acelere seus investimentos, com vistas, inclusive, à Copa do Mundo.

Não aceitamos retrocesso. O Aeroporto da Pampulha é destinado a voos regionais, com, no máximo, aeronaves de médio porte, de 50, 60 passageiros, e jamais com aeronaves de grande porte.

Há uma empresa pressionando, e o Governo também pressiona nesse sentido. Mas nós, mineiros, não aceitaremos. Temos, inclusive, a palavra do Governo de Minas Gerais de que se insistirem, interdita-se o Aeroporto da Pampulha. Não queremos um retrocesso.

Queremos os investimentos em Confins e na Pampulha, de acordo com a vocação de cada um desses aeroportos.

Portanto, a ANAC, que muitas vezes está mais interessada em defender as empresas aéreas, precisa começar a agir em benefício do povo, respeitando a vontade e os interesses dos usuários e não apenas os interesses comerciais das grandes empresas.

Por fim, Sr. Presidente, parabênizo V.Exa., que muitas vezes foi confundido a respeito do Projeto Ficha Limpa. V.Exa. claramente sempre disse, e reafirmou na última reunião, que no dia 07 de abril o Projeto Ficha Limpa estará pautado neste



plenário, para que cada um se manifeste a favor ou contra, ou que ofereça sugestões, mas que se delibere sobre o assunto.

Eu diria aqui que o relatório final do Grupo de Trabalho foi extraordinário, e acrescento que é possível que uma emenda aqui ou ali possa ser adicionada, mas, no todo, está muito bem formulado, e ele não é contra a classe política, mas apenas uma peneira para que só venham à classe política aqueles que verdadeiramente têm condições éticas e morais, demonstradas na sua vida civil. Não é contra o Parlamento, não é contra os mandatários; é contra todos aqueles que, não tendo condições, querem participar da vida pública. É, sim, uma grande peneira. Ele é a favor da classe política, porque, sem dúvida nenhuma, resgatará o orgulho de cada Parlamentar, de cada político que, ao ter um mandato, poderá andar de peito aberto e de cabeça erguida e dizer: *“Sou um mandatário, porque tenho a ficha limpa”*.

Portanto, cada grupo, cada bancada vai-se avaliar, vai-se debruçar sobre o assunto. Mas eu já tenho dados de que a absoluta maioria dos Líderes quer a votação desse projeto, e nós esperamos a sua aprovação, para o bem do Parlamento brasileiro, para o bem dos mandatários e para o bem do povo brasileiro, que tem este desejo, manifestado na ação popular.

Tenho certeza de que esta Casa será sensível e responderá favoravelmente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Ivan Valente, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero manifestar a posição do Partido Socialismo e Liberdade a favor do Projeto Ficha Limpa e parabenizar a Comissão, que fez um trabalho de ajuste concomitante até mesmo com as entidades que patrocinaram este processo, muito positivo.

Eu acho que este projeto engrandece a Casa. É fruto de uma emenda popular, dignifica a participação social e popular. Representa uma exigência contra a impunidade, uma exigência da democracia. Eu entendo que, ao passar para a fase do Colegiado, ou segunda instância, nós tiramos a perspectiva de cometer algumas injustiças.

Eu defendo que nós aprovemos, o mais rápido possível, este projeto de lei sobre a ficha limpa como uma agenda positiva.

Mas o motivo que me traz à tribuna, Sr. Presidente, é rigorosamente a questão abordada em manchete da *Folha de S.Paulo* de hoje: "*Tesouro Nacional se opõe à reativação da Telebrás*".

E nós fizemos agora, na Comissão de Defesa do Consumidor, uma grande audiência pública, que mostrou o que é a prestação de serviços de banda larga no nosso País pelas grandes empresas de telecomunicações brasileiras: uma vergonha. Elas praticam preços exorbitantes, há falta de continuidade do trabalho, falta de qualidade nos serviços e venda de programas que não correspondem à velocidade na Internet. Há impunidade total desses setores por falta de regulamentação do Ministério das Comunicações e também da ANATEL.



O próprio jornal *Folha de S.Paulo* diz o seguinte:

“A reativação da Telebrás para gerir o Programa Nacional de Banda Larga” — que está sendo discutida no Governo — “vem sofrendo forte oposição das operadoras de telefonia.”

Logo abaixo, está escrito o seguinte:

“O Ministério das Comunicações tem posicionamento alinhado ao das empresas de telefonia e propõe um modelo no qual as redes de fibra ótica do Estado não entram no mercado para ampliar acesso ou fomentar competição.”

É o fim da picada! Esse é o Governo Lula e a sua contradição! O Sr. Hélio Costa, inclusive, é o maior representante dos interesses da Rede Globo de Televisão. Essa é a realidade, Sr. Presidente!

Na verdade, nós teríamos que ter direito à Internet, porque no Brasil ela não é acessada, ou nunca foi, por 60% da população brasileira. Ela acompanha a concentração de renda do nosso País. A desigualdade é que o acesso se dá por classes sociais e regiões. Rigorosamente, esse é um serviço que só quem pode pagar tem acesso e, ainda, o serviço oferecido pelo mercado brasileiro é o mais caro do mundo e de má qualidade.

Sr. Presidente, neste momento, em que o Governo tem nas mãos condições para criar e recolocar a TELEBRÁS no comando — já que detém toda a rede de fibras óticas das estatais brasileiras, a começar pela TELEBRÁS, e pode levar o sistema de tronco e ramificações a todas as partes do País e tem condição de



fornecer a última milha, inclusive, na casa do cidadão —, o mercado não se interessa em fazer chegar esse tipo de serviço onde não há demanda. O mercado só se interessa pelo filé, que são os grandes centros urbanos. Eles não querem chegar às pequenas cidades.

É o mesmo problema da rede de telefonia pública no Brasil, do sistema TELEBRÁS, quando existia o sistema de subsídio cruzado. A privatização do sistema TELEBRÁS levou a isso, exatamente.

O que nós estamos propondo é que o Governo assuma imediatamente o regime público para obrigá-las a prestar esse serviço. A comunicação é um direito fundamental do ser humano, mas com regras claras, com cobranças e fiscalização. Esse é o pressuposto para a universalização da banda larga. Não haverá universalização da banda larga via sistema de mercado, mas eles estão aqui pressionando, e o Governo e o Tesouro estão cedendo. A área econômica do Governo já cedeu, ou seja, as teles, que financiam campanhas também, estão na praça, e os privatistas estão operando para que o povo brasileiro seja escorchado com serviços que não têm continuidade, que não têm qualidade, como ficou provado na Comissão de Defesa do Consumidor.

Vendem-se pacotes com uma velocidade 10 vezes menor do que se anuncia nos meios de comunicação de massa.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para concluir, Líder.

O SR. IVAN VALENTE - Fizeram falta hoje o representante do Ministério das Comunicações e as empresas que ofertam esse serviço. Não podemos ficar cegos em relação a essa esfolação no povo brasileiro e ao direito que têm de acessar esse serviço básico de comunicação, que é a Internet, a banda larga.

Obrigado, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 052.4.53.O
Data: 24/03/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vou encerrar a votação.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Está encerrada a votação.

Votaram “sim” 4 Srs. Parlamentares; votaram “não” 258 Srs. Parlamentares;
abstiveram-se 2 Srs. Parlamentares.

O REQUERIMENTO FOI REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem a palavra o Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, poucos dias atrás, quando caminhava, do centro de Florianópolis, até o meu escritório político, que fica próximo, observei um aglomerado de pessoas em torno de um homem que empunhava uma faixa. Aproximei-me um pouco e pude ler algumas palavras, que diziam: *“A corrupção é a poluição da política. Chega de impunidade”*.

Procurei saber mais: ali estava um senhor de 68 anos, que deixou mulher, filhos e netos e, desde 1992, percorre estradas e ruas do Brasil, numa verdadeira cruzada contra a corrupção. Professor e jornalista, Mirau Pereira dos Santos, instiga a sociedade a se insurgir contra a corrupção, os desmandos administrativos e a poluição na política.

Ele instiga o debate social de temas polêmicos como o desemprego, as privatizações, a insegurança pública que estamos vivendo, transporte e educação, entre outros. Reclama da falta de consciência popular sobre temas da maior relevância para o País, atribuindo o descaso ao conformismo e à alienação.

Sua caminhada, em 2010, iniciou em Porto Alegre, Capital do Rio Grande do Sul; esteve em Florianópolis, Itajaí e Joinville. Nos próximos anos, pretende visitar as principais cidades do País. Ele critica a falta de consciência das lideranças locais e diz que a sociedade é covarde, sonâmbula e burra, sempre explorada pela maioria dos políticos.



Esse corajoso cidadão que anda sozinho, porém acompanhado de seu idealismo, faz duras críticas aos políticos e aos governos e diz que a cesta básica distribuída às famílias de baixa renda pelo Governo Federal é a “cesta da ilusão”.

Mirau Santos vai além do lugar-comum quando questiona a corrupção, que ele considera prejudicial e nojenta porque usurpa os recursos que deveriam ir para a Saúde, por exemplo, e constantemente mata as pessoas porque sufoca o horizonte do povo brasileiro. Para ele, as instituições estão impotentes no que tange a dar o basta à corrupção.

Esse bravo homem enfatiza a necessidade de que cada um faça a sua parte. É preciso organizar grupos com o objetivo de combater, incansavelmente, a corrupção no País.

Diante de tantas dessas afirmações, este Parlamentar se sente ainda mais de consciência tranqüila, porque os ideais desse cidadão têm sido uma das minhas bandeiras de luta, entre tantas outras, de interesse do povo catarinense e do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.



O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na última votação, votei com a bancada do Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Com a palavra o Deputado Sandro Mabel, para uma Comunicação de Liderança, pelo PR.

O SR. SANDRO MABEL (PR-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, informo ao DEM, ao PSDB e aos companheiros do PT que o próximo destaque a ser votado, em seu art. 27, estipula uma multa. É um absurdo admitir que uma medida provisória, Deputado Ronaldo Caiado, pode estabelecer ou aumentar multas. Temos de criar princípios.

Sr. Presidente, já no destaque anterior, numa votação meio atribulada, não passou o destaque. Todos encaminharam favoravelmente ao destaque, que não passou e que pode multar o contribuinte pessoa física em até 150% por um erro que cometa na declaração. Isso não pode ser colocado em medida provisória! Agora, da mesma forma, isso é proposto para a pessoa jurídica. Multa de 150% é confisco! Isso não é punição. Isso é confisco.

Sr. Presidente, devemos ter cuidado com as questões tributárias deste País, com a carga tributária excessiva, com uma reforma tributária que não conseguimos aprovar nesta Casa. Temos a oportunidade de não legislar mais ainda em cima do contribuinte. Há mecanismos, através da Receita, do Ministério da Fazenda, para coibir as diferenças.

O contribuinte que erra pode ser autuado em 20%, em 30%. Mas em 150%? Não podemos deixar passar isto aqui. Devemos ter cuidado. V.Exa. não poderia admitir, em medidas provisórias, questões tributárias como esta, porque as emendas das questões tributárias muitas vezes não são admitidas. Um absurdo como este tem de ser discutido nas Comissões, através de projetos de lei, para que a



sociedade possa se manifestar, achar a melhor condição, colocar progressivamente.

Colocar numa medida provisória uma multa de 150% para a pessoa física?

Quero dizer a quem nos ouve: se você errar o seu Imposto de Renda, você vai pagar até 150%! Estamos aprovando isso nesta Casa.

Fizemos um destaque, que foi votado sem se ouvir o Plenário. Perdemos esse destaque. Agora um novo destaque ao art. 27 implanta outra multa de 150%.

Sr. Presidente, vamos ter de fazer 500 mil REFIS para a pessoa física, para a pessoa jurídica, para todos. Se a pessoa erra, pagar 20% é justo, porque ela pode ter errado sem má-fé. Agora, autorizarmos, nesta Casa, por medida provisória, a criação de multa de 75%, de 150%... São descontados 27,5% do contracheque do contribuinte que ganha 3.700 reais. Não é possível um negócio desse! Não dá para sobreviver. Quem é isento de Imposto de Renda? Quem ganha abaixo de 1.400 reais, nem 3 salários mínimos. Quem ganha 3 salários mínimos hoje já é tributado neste País. Agora, além de ser tributado, se errar, pagará até 150% de multa.

Sr. Presidente, não se pode admitir isso numa medida provisória. V.Exa., que tem sido rígido com as emendas apresentadas, também deveria ser rígido com esses temas. Um tema deste não pode constar de medida provisória. Isso não tem urgência nem relevância. Não há por que incluir. E estamos deixando passar. O DEM, o PSDB e o PT, que defende o trabalhador, estão autorizando, Deputado Fernando Ferro, 150% de multa para o coitado do contribuinte que errou a sua declaração de Imposto de Renda. Ele não tem nem dinheiro para contratar um contador. Quem ganha 2 mil reais por mês e paga Imposto de Renda tem como contratar contador? Se ele faz uma soma errada, lá vem uma paulada de 150%. Não podemos deixar isso acontecer.



Sr. Presidente, não podemos deixar passar medida provisória que tenha aumento de impostos ou multas tributárias. Portanto, como o senhor devolve as nossas emendas, o senhor pode começar a devolver parte das medidas provisórias que têm esse tipo de procedimento.

Isso não é justo, não tem relevância nem tem importância suficiente para penalizar o Brasil inteiro, que já está sobrecarregado de tributos.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Sras. e Srs. Deputados, peço que, nas reuniões do Conselho Político, o que seria muito útil para os Srs. Líderes, ajudem-me a sugerir ao Poder Executivo que apenas proponha 1 ou 2 matérias. Acho que isso é fundamental.

V.Exas. sabem que o Líder Sandro Mabel trabalhou intensamente no projeto da reforma tributária, um dos temas que gostaria de levar adiante. Pelo sorriso do Deputado Sandro Mabel, vejo que S.Exa. está de acordo.

Logo depois da votação destas medidas provisórias, vamos tentar trazer para o plenário a reforma tributária. Vamos discuti-la. Se conseguirmos fazê-lo, será muito bom para a Casa.



O SR. DR. TALMIR (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o meu voto é de acordo com o PV.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Sobre a mesa requerimento de votação pelo processo nominal: requer que a votação do destaque ao art. 27 do projeto de lei apresentado à Medida Provisória nº 472 seja feita pelo processo nominal.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar contra, concedo a palavra ao
Deputado José Genoíno. (*Pausa.*)



A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -
Sr. Presidente, votei com o PT.

O SR. MARCOS LIMA (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nas votações anteriores, votei com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação.

Para encaminhar contrariamente à matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é o “*kit* obstrução”: sem conteúdo e sem objetivo político. É triste ver isso.

Se for para votarmos as Medidas Provisórias nºs 474 e 475, é melhor limparmos a pauta e votarmos estes destaques, pois esta é a repetição que não tem novidade, que não tem criatividade.

Somos obrigados a encaminhar contrariamente.

Chamo os Deputados ao plenário, para que possamos derrotar este requerimento. Temos mais 3 destaques para votar.

Portanto, não vou repetir os argumentos que já usei nos requerimentos anteriores. São requerimentos cansativos. Por isso devemos votar “não”.



O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - V.Exa. vai falar a favor da matéria?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para encaminhar a favor da matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, qual é o objetivo da obstrução? O objetivo é o de votar a medida provisória dos aposentados e os destaques.

E o que há aqui? Temos um relatório no qual o Relator, que é o Líder do Governo, diz que todas as emendas são inadequadas financeiramente ou são inconstitucionais, conforme diz a Constituição. Ora, a Constituição não diz isso. A Constituição brasileira, no art. 61, fala das matérias de iniciativa privativa do Presidente da República: criação de cargos e outras matérias. Nessas matérias, o Congresso não pode aumentar despesa, em função do art. 63, que diz que, nas matérias de iniciativa privativa do Presidente da República, não pode haver aumento de despesa. A questão dos aposentados não é matéria que consta do art. 61. Há longos entendimentos sobre isso. Logo, este Congresso não só pode como deve legislar sobre o assunto.

Agora eu estranho que os eminentes Líderes do PT digam que é a mesma ladainha. Bom, nós vamos continuar com a mesma ladainha: é a defesa dos aposentados. Nós queremos votar emendas para os aposentados que garantam que aqueles que ganham mais do que o salário mínimo não terão esse reajuste feito ao longo dos anos do Governo Lula, sempre menor do que o do salário mínimo, e que diminuiu o seu poder de compra. Os aposentados do Brasil reclamam, mas eles não reclamam só para nós, da Oposição. Eles reclamam para as pessoas da base também. E lá as pessoas dizem: *“Tem de votar”*.



Então, agora é o momento. Se o Líder Vaccarezza, que é o Líder do Governo, aceitar que as emendas sejam adequadas financeiramente e constitucionalmente, porque elas são, é evidente que nós vamos conversar e vamos sair da obstrução. Nós estamos em obstrução por isso. Não é obstrução sem finalidade, como foi colocado aqui. Tem finalidade, sim. Qual é a finalidade? Atender aos aposentados do Brasil, que precisam ser atendidos.

O Congresso precisa votar. Mas votar não significa ficar ali escondido, no meio de todo mundo, e levantar a mão ou não levantar. Votar significa colocar o dedo e dizer o seguinte: *“Eu voto por tal aumento dos aposentados”* ou *“eu não voto”*, ou *“eu voto por tal percentual”*, ou *“eu não voto”*. É isso o que nós queremos. Nós queremos que cada um aqui cumpra o seu dever: que vote. Nós queremos votar. Quem não quer votar é o Governo. A nossa obstrução não é para não votar. A nossa obstrução é para votar, mas não é apenas assinar embaixo a medida provisória do Governo, como se fosse um decreto-lei, daqueles que passavam por decurso de prazo. Se fosse para isso, não precisaria passar pelo Congresso; se fosse para corroborar aquilo.

Nós queremos votar e emendar, como é o papel deste Congresso. Por isso, nós estamos encaminhando “sim” a este requerimento, para ver se sensibilizamos o Governo a atender o apelo, que não é nosso, mas dos aposentados do Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Encaminhamento dos Srs. Líderes.

PMDB, como vota? Vota “sim” ou “não”?

O SR. EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

PT, como vota? Vota “sim” ou “não”?

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

Bloco, como vota? “Sim” ou “não”?

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.

Votamos “não” agora.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

O SR. JOÃO DADO (PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Democratas, como vota?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Michel Temer, o excesso de trabalho às vezes faz o Parlamentar perder a referência das coisas. Nós ouvimos o Deputado José Genoíno dizer que este destaque era uma manobra da Oposição. O Deputado Sandro Mabel é da base do Governo. Ele e o seu partido são os autores do destaque. E nós entendemos que este destaque não é bom para o cidadão brasileiro, que paga imposto.



Vamos votar, neste caso, contra o Deputado Sandro Mabel e com o Governo. Queremos votar nominalmente porque queremos registrar, mas a nossa posição será contrária. Queremos nominal, “sim”, mas queremos votar contra o destaque do Deputado Sandro Mabel. Se há intenção de obstrução, é do Deputado Sandro Mabel e não nossa.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Portanto, o DEM vota “sim” ao requerimento? *(Pausa.)*

Vota “sim” ao requerimento.

O SR. CIRO PEDROSA (PV-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PV vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PSDB vota “sim” ao requerimento?

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o PSDB vai orientar também o voto “sim” a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim” ao requerimento.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Do que trata o requerimento apresentado pelo PPS? Trata da oportunidade de o Plenário decidir que a próxima votação seja nominal, em que cada Parlamentar coloca o seu voto no painel. O PT insiste em que isso é um processo de obstrução da Oposição. Queremos simplesmente abrir o diálogo com o Governo. O Líder do Governo é o Relator da medida provisória que dá o aumento para os aposentados, mas não permitiu, de nenhuma forma, o acolhimento de sugestões para o aperfeiçoamento do texto. Negou todas as emendas apresentadas. Queremos ter a oportunidade de discutir uma melhoria para os aposentados. O Governo, obviamente, não se sensibiliza com os aposentados do Brasil.



Portanto, o PSDB registrará o voto favorável ao requerimento do processo nominal de votação para o próximo destaque.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Peço aos Srs. Líderes que não ultrapassem o prazo de 1 minuto para o encaminhamento, que é o prazo regimental.

Como vota o PR?

O SR. SANDRO MABEL (PR-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota “não”.

Quero dizer ao Deputado José Carlos Aleluia que o PR está votando por milhões de contribuintes que, por causa de pequenos erros — e hoje se tem uma enorme carga tributária —, vão ser mais penalizados ainda.

Acho que penalidade tem de existir. O bom contribuinte tem de ser beneficiado. Agora, são milhões de contribuintes que todos os anos vão ter esse tipo de erro na declaração e vão ser mais penalizados. Não estou dizendo que não se penalize, mas que este tema deveria ser discutido num projeto de lei. Acho que a multa deveria ser de 20%, de 30%, mas não de 150%.

O Deputado José Carlos Aleluia deixa-me muito preocupado, ao deixar que se multe em 150% o cidadão brasileiro que comete um erro. Isso não é multa. Isso é confisco. E confisco o PR não aceita.

(O microfone é desligado.)

O SR. SANDRO MABEL - ...que possamos votar depois, para derrubar este destaque. E depois faremos um com multa menor.



O SR. LEANDRO VILELA (Bloco/PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o PMDB.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PP, como vota?

O SR. ROBERTO BRITTO (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, entendemos que a aprovação do art. 27 vai gerar o que o colega falou: vai gerar uma multa impagável. Por isso, votamos “não” ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

Como vota o PSC?

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como vota o PTB?

O SR. ELIZEU AGUIAR (PTB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”

Como vota o PV?

O SR. DR. TALMIR (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PV quer celeridade nas votações, para que votemos rapidamente o Projeto Ficha Limpa.

Nesta votação, o PV vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

Como vota o PDT?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

PSOL?



O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PSOL vota “não”.

O SR. PAULO ABI-ACKEL - Minoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Minoria.

O SR. PAULO ABI-ACKEL (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- A Minoria vota “sim”, Sr. Presidente.

Estamos no aguardo do diálogo. Somos a Casa do diálogo. Queremos verificar melhor esta matéria. Portanto, orientamos o voto “sim”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 052.4.53.O
Data: 24/03/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Peço aos Srs. Deputados que permaneçam no plenário — quem vai votar —, se não, vamos passar a noite aqui. Estou disposto a passar a noite, não há problema, mas peço a quem está na Casa que venha ao plenário, porque se vota rapidamente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O Presidente está certo.



O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Há sobre a mesa um requerimento de quebra de interstício.



O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, houve agora a votação de um requerimento de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Aquele era da votação nominal. É prévia.

O SR. EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Os requerimentos são semelhantes, Sr. Presidente,

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, foi apresentado um requerimento para votar nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Sim, sim. Está correto. Corretíssimo.

É o seguinte: é possível pedir que haja votação nominal; se não passar a votação nominal, antes de votar o destaque se pede a quebra de interstício. É possível. Lamento. Eu até digo sempre que vamos constituir...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu me oponho a essa interpretação flexível do Regimento. Isso não está escrito. É uma interpretação para não votar o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - É. Eu sempre digo: *“Olha, Dr. Mozart, amanhã vamos constituir uma Comissão para reformar o Regimento”*. Eu sempre digo isso aqui, e nós acabamos não fazendo.

Nós vamos reformar o Regimento para vigorar no próximo governo. Não será no meu governo, será no próximo governo desta Casa. Nós vamos montar esta Comissão.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Até porque V.Exa. vai estar na Vice-Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Se for Deputado Federal e seu colega, eu me dou por satisfeito.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Requerimento de quebra de interstício, assinado pelo Deputado Fernando Coruja, que está inscrito para falar a favor. Aliás, o Deputado Duarte Nogueira está inscrito para falar a favor.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E para falar contra, Sr. Presidente? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Não dá para fazer acordo para votar isso? *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o papel da Oposição neste instante é o de defender o direito democrático de aperfeiçoar o texto. Não somos contra simplesmente porque queremos impedir a votação do projeto. Pelo contrário. Nós votamos aqui, no ano passado, muitas matérias que diziam respeito a coisas de interesse do País, no momento de crise. Em momento algum a Oposição fez obstrução. Pelo contrário. Aprovamos, de maneira célere, a maioria delas: a que dava apoio ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal; a que abria crédito para as Prefeituras; a que concedia recursos ao Fundo de Participação; a que melhorava o ambiente, diminuindo impostos na cadeia industrial, para manter aquecida a nossa indústria e não haver desemprego.

Os representantes do Governo e do PT dizem que a Oposição obstrui com um “*kit* de obstrução”. Queremos tão somente o direito de sensibilizar o Líder do Governo, colega nosso, Deputado Cândido Vaccarezza, para que abra a oportunidade de diálogo, a fim de que as emendas sugeridas ao projeto da Medida Provisória nº 475, de 2009, possam ser consideradas, pelo menos parte delas. Com isso, teremos a oportunidade de, através do embate entre Oposição e Situação, oferecer melhorias ao texto, com o objetivo de construir um arcabouço legal, uma lei mais sensível do ponto de vista social, naquilo que diz respeito ao reajuste dos aposentados.

É isso o que estamos querendo fazer. E não nos cabe, por sermos minoria, nenhum instrumento — porque o Governo tem a maioria absoluta aqui — senão este



de tentar, no sentido de ganhar tempo para abrir esse diálogo através dos instrumentos da obstrução — que são regimentais, constitucionais, democráticos; inclusive, a salvaguarda da sociedade brasileira, para que não fiquemos à mercê do rolo compressor da base governista —, fazer essa discussão.

Entendo que esse é o melhor caminho para que possamos encontrar um ponto de convergência. Não faz sentido o Relator do projeto, que também é Líder do Governo, simplesmente não acolher nenhuma emenda e, com isso, dar a entender que não há nada a se melhorar no projeto.

Só farei uma observação, até porque os representantes do PT estão dizendo aqui que este é o maior reajuste real dado ao salário mínimo e aos aposentados. É só voltar no tempo. Qualquer economista respeitado sabe que o maior reajuste real dado no Brasil foi em 1995, no começo da vigência do Plano Real, durante o período do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi um aumento real no salário mínimo de mais de 20%.

Portanto, não venham repetir aqui coisas que não são verdadeiras. Queremos fazer uma discussão séria, transparente e de interesse nacional.



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Para encaminhar contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Muito bem. Vamos então orientar...

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, encaminhar contra! Primeiro, Sr. Presidente, obstrução é para quem não tem alternativa de poder. Somos alternativa de poder, estamos governando bem o Brasil, somos contra a obstrução e votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - “Não”.



O SR. EDUARDO DA FONTE (PP-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, votei de acordo com a orientação do partido.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PMDB, como vota?

O SR. BERNARDO ARISTON (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, percebemos claramente as medidas protelatórias da Oposição, mas o PMDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

Quem mais vota? Bloco?

O SR. FLÁVIO DINO (Bloco/PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queremos votar esta medida provisória e também a dos aposentados. Temos posição a favor da discussão das emendas, queremos debatê-las. Por isso, votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

PSOL, como vota?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

Quem mais vota?

PTB? *(Pausa.)*

PSC, Deputado Marcondes Gadelha?

PTB, Deputado Armando Abílio? *(Pausa.)* Vota “não”.

PSC, como vota?

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

Como vota o PDT, Deputado Miro Teixeira?



O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”, Sr. Presidente, começando a agitar a discussão de interesse dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Perfeito.

PP, como vota? (*Pausa.*)

PR, como vota?

O SR. SANDRO MABEL (PR-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

Democratas, como vota? (*Pausa.*)

PPS, como vota?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, nós estamos dialogando com o Governo. Estamos insistindo na tese de que é preciso votar as emendas. Temos que votar as emendas. Não se pode simplesmente dizer que é inconstitucional. O Relator tem um poder enorme. Aliás, a Mesa tem que mudar esse entendimento. Não pode o Relator ter um poder contra o Plenário — não pode nem haver recurso! — e dizer que nós não podemos votar as emendas.

Enquanto isso, nós estamos usando o instrumento da obstrução, para tentar chegar a esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Obstrução.

O SR. FERNANDO CORUJA - Votamos “sim”, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.

Democratas, como vota?



O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é com frequência que a Liderança do PT repete a tese de que nós estamos criando um mecanismo para dificultar a votação. O telespectador tem que entender que essa prática foi muito bem desenvolvida por eles quando na Oposição. O interessante é a impaciência deles agora. Ou seja, eles não estão aqui para ceder nem atender aquilo que os aposentados esperavam do atual Governo, que a vida toda votaram no PT e no Lula. Eles foram enganados durante todos esses anos, foram usados pelo Governo Lula e agora estão recebendo o troco.

Qual é o troco? É exatamente fazer concessão para PETROBRAS, para Banco do Brasil, BNDES, capitalizar todas essas estruturas financeiras do País, emprestar 10 bilhões de dólares para o FMI e criar agora a bolsa-combustível, para que os comissionados do PT possam fazer campanha eleitoral com gasolina à custa do povo.

Na hora de atender aos aposentados e destinar 3 bilhões de reais para que não tenham a perda que vêm sofrendo nos últimos anos, aí eles não querem, não aceitam. E o Relator realmente deu parecer pela inadequação orçamentária e impediu todas as emendas de serem destacadas.

Vamos continuar na obstrução, em defesa dos aposentados. "Sim".

O SR. DR. NECHAR - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PP?

O SR. DR. NECHAR (PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota "não" à quebra de interstício e quer votar logo essa medida provisória, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

PR, como vota? (*Pausa.*) O PR já votou.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - PSDB, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PSDB?

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PSDB vai apoiar o requerimento de quebra de interstício.

Entendemos que é salutar o tempo que estamos tendo no plenário para forçar, estimular, no processo democrático, o diálogo que o Governo até agora não permite abrir.

E queremos fazer um registro. A população brasileira, nesses últimos anos do Governo atual, cresceu 12%. O funcionalismo, a máquina pública, cresceu 17%. Tínhamos 880 mil funcionários públicos federais quando entrou o Presidente Lula; agora, temos mais de 1 milhão.

O reajuste dado na despesa para o funcionalismo público nos 3 níveis foi de 54%, e o Governo está alegando que não tem recursos para dar a melhoria aos aposentados. Ora, não há coerência na afirmação por parte da base do Governo.

Dessa forma, vamos pedir o voto “sim”, para quebrar o interstício e, portanto, discutirmos a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - como vota a Minoria?

O SR. PAULO ABI-ACKEL (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, de acordo com a orientação das bancadas do PSDB, Democratas e PPS, queremos discutir, dialogar. Esta é a Casa do diálogo, e, por isso, registramos no painel o voto “sim”, que é o voto da Minoria, da oposição ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como vota o PV?

O SR. JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PV encaminha o voto “não”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 052.4.53.O
Data: 24/03/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Destaque de bancada para a votação em separado do art. 27 do projeto de lei de conversão.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Orientação de bancada.

Como vota o PR?

O SR. SANDRO MABEL (PR-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelos motivos explicados, estou disposto a fazer um acordo com todos. Na próxima medida provisória, colocamos uma emenda trazendo essa multa para algo que não seja confiscatório como é esta, algo em torno de 20% a 30%. Então, fazemos um acordo nesse sentido. Mas esse tem de ser derrubado.

Então, gostaria de pedir para que se pudesse votar “sim” ao destaque e “não” ao texto.

Portanto, o PR quer pedir a todos os companheiros que não confisquem mais o dinheiro do contribuinte.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - “Sim”, mantém o texto; “não”, aprova o destaque. V.Exa. vota “não”.

Como vota o PMDB?

O SR. BERNARDO ARISTON (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB, Sr. Presidente, segue nessa mesma linha, votando “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

PR, “não”. PMDB, “não”.

PT, como vota?

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PT, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PT vota “sim”.

Como vota o PTB?



O SR. ARMANDO ABÍLIO (PTB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

Como vota o PPS?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, se diminuirmos a arrecadação do Governo, aí é que não vai ter dinheiro para aumentar os aposentados, ou o Governo vai usar esse argumento.

Estamos nesta medida provisória destinando 80 bilhões de reais para o BNDES, 15 bilhões de reais para o Fundo da Marinha Mercante. É claro que tem que haver dinheiro para os aposentados do Brasil. Mas, para evitar que o Governo diminua sua arrecadação, vamos apoiar o Governo e vamos votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - V.Exa. vota “sim”.

Quem mais vota?

PP, como vota?

O SR. ROBERTO BRITTO (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PP vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

Como vota o PDT?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”, Sr. Presidente.’

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

O PR votou “não”.

O PSDB como vota?



O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PSDB vai votar “sim”. Entendemos que o objetivo do Líder do PR, Deputado Sandro Mabel, foi na direção de se tentar evitar uma injustiça, mas, na forma como está sendo colocada, ela cria uma insegurança jurídica que poderá dar a entender que estará havendo benefício àquele que, de maneira inescrupulosa, não vai querer cumprir com seus compromissos junto ao Fisco. Se o texto tivesse uma forma talvez um pouco mais clara nessa direção, talvez pudéssemos acompanhar.

A assessoria do PSDB, zelosa como é, e nós também, do ponto de vista do respeito que temos ao Deputado Sandro Mabel, lamentamos não podermos acompanhá-lo no seu destaque e vamos, portanto, votar “sim”, para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.

Como vota o Democratas? *(Pausa.)*

O SR. GERSON PERES (PP-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Esse DVS é um confisco, Deputado. Vamos votar “não”.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a posição do Democratas é “sim”. Por que “sim” ao texto? Está bem explicitado aqui, no art. 18, no § 2º, inciso I, que diz: “...na hipótese em que não for confirmada a legitimidade ou suficiência do crédito informado”.

Então, é lógico que numa situação como essa seria uma falsidade a declaração ou, senão, quando realmente ficar comprovada a falsidade da declaração apresentada pelo contribuinte. Exatamente nessas situações é que se propõe aplicar a multa.



Temos aqui que zelar exatamente pelo bom contribuinte. Não podemos hora nenhuma fazer qualquer concessão que dê margem àquele cidadão que venha a sonegar, falsificar as informações à Receita Federal.

Por isso, a nossa posição neste momento é “sim” ao texto.

O SR. CIRO PEDROSA - Sr. Presidente, o Partido Verde.

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, o PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como votou o Democratas? *(Pausa.)*

Votou “sim”.

Como vota o PSC?

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC entende que, pelo princípio moral de combate à sonegação, deve manter o texto original, mas considera que há falhas clamorosas relativas à técnica jurídica e ao Direito Tributário.

Trata-se, na verdade, de uma forma de taxação na qual não se indica a destinação do produto havido dessa arrecadação. De qualquer forma, é sempre saudável disporem-se de mais mecanismos de combate à sonegação.

Por isso, o PSC vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PSC vota “sim”.

PP? *(Pausa.)*

PDT? *(Pausa.)*

O SR. CIRO PEDROSA (PV-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Partido Verde encaminha “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O Partido Verde encaminha “sim”.

PSOL?



O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL, Sr. Presidente, vota pela manutenção do texto, contra a emenda. Entendemos que mais do que nunca é preciso fortalecer o trabalho da Receita Federal e combater a evasão e a elisão fiscal. Acho que o texto quer enfraquecer exatamente isso. Por isso, o PSOL vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PSOL vota "sim".

Quem mais?

O Bloco como vota? (*Pausa.*)



O SR. GERSON PERES (PP-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT gosta de cobrar imposto, alterar imposto e cobrar multa. Genoíno, socorre as empresas. Isso é uma multa confiscatória.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o nosso amigo aliado Gerson Peres não pode fazer esse tipo de colocação em relação ao PT.

O SR. GERSON PERES - Isso é um confisco.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 052.4.53.O
Data: 24/03/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação o destaque.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Aqueles que forem pela manutenção do artigo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.

Suprimido o artigo.



O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Suprimido o artigo.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Mantido o artigo.



O SR. ROBERTO ALVES (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, votei conforme orientação do partido.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Se quiserem verificação...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Não, mantido o texto. É mantido o texto, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Mantido o texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Suprimido o artigo.



O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP) - Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Verificação concedida.



O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, Sr. Presidente, não há tempo para verificação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Não há tempo. Não há tempo para verificação.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Sobre a mesa requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 48 à Medida Provisória nº 472, de 2009.



O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei conforme a orientação do partido.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar a favor, com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero explicar o que representa este destaque, sobretudo à base do Governo.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES opera, funciona com dinheiro público, basicamente com dinheiro do trabalhador. É o dinheiro do Fundo de Garantia dos contribuintes e de todos os brasileiros que mantém o BNDES.

Quando se colocou o “S” no BNDES, era para ele se tornar um banco social. A que estamos assistindo no BNDES? Nove em cada 10 reais que o BNDES aplica — vou repetir: 9 em cada 10 reais que o BNDES empresta — vão para grandes empresas, Deputado José Genoíno. Quem poderia imaginar que no Governo do PT o BNDES se transformaria no partido dos barões, dos ricos, no partido da concentração da riqueza?

Por que concentração? Porque o banco não empresta às pequenas e às médias empresas, Deputado Jorginho Maluly. V.Exa., na sua cidade, deve ter esse problema. Um banco social é exatamente para emprestar ao indivíduo, ao jovem que quer abrir o seu negócio, à pessoa que tem a ideia, a capacidade, mas não tem o dinheiro.

Vou citar apenas alguns exemplos de grandes empresas. O BNDES não precisava juntar a Perdigão com a Sadia para aumentar o preço da comida. Não precisava! O BNDES não precisava colocar dinheiro para concentrar ainda mais, Deputado Caiado, o poder dos frigoríficos contra os que produzem bois. Precisava



de dinheiro do BNDES para o Friboi comprar mais frigoríficos, ficar ainda maior? Se os meus amigos que criam gado já têm dificuldade de vendê-lo, ainda mais com o BNDES destinando 9 reais, de cada 10 reais que empresta, para os grandes.

Essa emenda o que pretende, Deputado Inocêncio Oliveira? Ela pretende que metade do dinheiro emprestado pelo BNDES seja destinado à pequena e à média empresa, que não podem emitir ações, não podem ir aos bancos particulares, que metem a faca aqui! (*Aponta para o pescoço.*) Qualquer empresário pequeno sabe que a faca vai aqui! (*Aponta para o pescoço.*)

O capital de giro começa custando 2,5%, 3% ao mês, enquanto o BNDES empresta aos grandes a menos de 1% ao mês. Essa não é a emenda da Oposição, é a emenda de quem quer proteger o emprego. Quem dá mais emprego? São as pequenas e as médias empresas, mas essas estão com a faca no pescoço.

Portanto, peço apoio não da Oposição, mas do PMDB, que é um partido que tem certa independência, do PP, do PSB, do PR, além, evidentemente, do Democratas, do PSDB e do PPS. Nós devemos aprovar esta emenda!

O Deputado João Almeida, Líder do PSDB, vai usar o tempo da Liderança e prestar um grande serviço.

Deputado João Almeida, vamos fazer a votação nominal. Nesta votação nominal, quem votar a favor desse destaque vai votar a favor da pequena e da média empresas; quem votar contra esse destaque vai votar a favor das grandes empresas, dos grandes negócios — a fusão dos grupos Sadia e Perdigão, do FRIBOI e das empresas que têm acesso ao BNDES. O pequeno...

(*O microfone é desligado.*)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Deputado Aleluia, peço a V.Exa. que conclua...



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem, para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.)
- Como estamos em uma sessão de obstrução, e esse encaminhamento durou 5 minutos — não quero ser chato e ficar lembrando, mas foram 5 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem razão V.Exa.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Os Líderes encaminham com 2 minutos, 3 minutos. Está se ganhando tempo para a verificação nominal. É isso que estamos vivendo aqui. É só para V.Exa. observar quais os Líderes que já falaram, quem já usou a palavra nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Perfeito.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - É um direito, é uma obstrução? Vamos seguir o Regimento, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem razão V.Exa. Eu acolho a reclamação de V.Exa.



O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Para contraditar o Deputado José Genoíno, eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Não! Já estou decidindo a questão.

Os Líderes e os que orientam terão o prazo regimental, nada além do prazo regimental. Aviso, portanto, que serei previamente indelicado, porque não darei a palavra para aqueles que ultrapassarem o tempo.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra ao nobre Deputado João Almeida, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que pretendemos com essa emenda, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia? Pretendemos ampliar as possibilidades de financiamento das pequenas e médias empresas.

Todos nós sabemos da importância das pequenas e médias empresas na economia do País, especialmente na geração de empregos. Sabemos, de outro lado, que uma das grandes dificuldades — talvez a maior, de fato — para o seu desenvolvimento é o problema de financiamento.

As grandes empresas, além de terem outras fontes, como captação em bolsas, IPOs, empréstimos internos e externos de diversas fontes, de agências financiadoras internacionais, multilaterais, têm acesso a múltiplos mecanismos e fontes de financiamento. As pequenas e médias empresas carecem permanentemente de financiamento.

O que se quer aqui — e não parece haver nada mais justo — é a garantia de que, desses 80 bilhões de reais que se está autorizando ao BNDES contratar em empréstimos, se destine parte a essa finalidade.

O BNDES está com a carteira sobrecarregada de empréstimos a grandes empresas, a grandes grupos, no programa de internacionalização das empresas brasileiras, na formação de grandes conglomerados, nos programas de fusões, e tem feito grande esforço para atender a essas necessidades das grandes empresas, das empresas multinacionais.



É preciso, pois, que haja uma determinação legal como esta, porque senão eles não se interessarão muito. São carteiras trabalhosas, problemas de garantias, de análises de garantias, são problemas, às vezes, demorados. É preciso que haja uma indução clara, uma obrigatoriedade da lei, para que o banco faça a reserva para prestação desse serviço tão importante ao desenvolvimento desse setor da nossa economia.

O Deputado Ronaldo Caiado tem tratado deste assunto em outros momentos, especificamente no que tange ao setor rural, onde temos diversas pequenas e médias empresas demandantes de capital e com o costumeiro problema de serem ou não atendidas adequadamente. Embora tenhamos as agências de financiamento do Banco do Nordeste, que possui uma carteira expressiva nesta área, e do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que também é detentor de uma carteira expressiva, nada disso, entretanto, atende à demanda, que ainda é muito grande. A necessidade é muito superior a todas as fontes que temos hoje.

É preciso que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social se dedique mais a este assunto, porque tem *expertise* em financiamentos. Se ele tiver a obrigatoriedade de se dedicar melhor a esse segmento, vai contribuir também na formação dos projetos de financiamentos para solucionar questões que hoje dificultam o acesso dessas empresas ao crédito.

É por isso que estamos tão empenhados na defesa desta emenda, ganhando tempo aqui, como é natural. Embora não agrade ao Deputado José Genoíno, estamos ganhando tempo para testar a votação nominal desta questão. Precisamos saber a posição dos Srs. Deputados: aqueles que querem efetivamente defender a



pequena e a média empresa e aqueles que entendem que esta não é uma tarefa nossa ou que não é algo que nos importe neste momento.

Vamos, pois, para a votação nominal, para aferir a responsabilidade dos partidos representados nesta Casa. Todos têm, naturalmente, o discurso favorável às pequenas e médias empresas. Quem teria discurso contrário, se são elas tão fortes geradoras de emprego?

Vamos ver agora, na votação nominal, como vão se comportar esses partidos: se reafirmam o compromisso já pronunciado ou se vão fugir dele. Por isso, é importante a votação nominal que buscamos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Gustavo Fruet, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho fazer 2 registros.

Em primeiro lugar, quero informar que o Líder João Almeida, o Vice-Líder Vanderlei Macris, o Líder Paulo Bornhausen, o Senador Álvaro Dias, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, o Deputado Carlos Sampaio e eu saímos agora de uma audiência com o Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel.

Na oportunidade, foi entregue a S.Exa. uma série de informações relativas à BANCOOP, informações relativas aos fundos de pensão, informações relativas a fatos levantados em pelo menos 3 Comissões Parlamentares de Inquérito: a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Mensalão e a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sanguessugas.

É impressionante como há conexão e coincidência de personagens, nomes, operações e intermediação de corretoras com fatos que se confundem nesse período de 5 a 6 anos.

O Procurador, evidentemente, nos recebeu, foi receptivo à solicitação e dará encaminhamento às informações que foram apresentadas.

Nesse sentido, queremos insistir na investigação sobre o papel de investimento dos fundos de pensão; a opção dos fundos com relação à tal cooperativa; a geração de recursos dela — que acabaram causando imensos prejuízos a trabalhadores que confiaram na aquisição de sua casa própria, não têm a obra realizada e, além disso, são obrigados a pagar o adicional —; e a utilização de recursos, sejam eles dos fundos, da cooperativa, sejam de empresas a ela



ligadas, para financiamento partidário, de campanha ou outra utilização indevida e proibida pela legislação.

Portanto, a Oposição cumpre o papel junto ao Ministério Público, pela referência e confiança, mais vai insistir na Câmara dos Deputados, em razão da dificuldade das manobras estabelecidas no Senado Federal, para que sejam realizadas as audiências e o processo de fiscalização.

O segundo registro, Sr. Presidente, Parlamentares e sociedade brasileira, diz respeito à primeira reunião realizada este ano pela bancada do PSDB no Senado e na Câmara, sob a Presidência do Senador Sérgio Guerra, com objetivo claro e muito firme. Dia 10 de abril, em Brasília, haverá o ato oficial de lançamento da candidatura do Governador José Serra à Presidência da República pelo PSDB.

Participaram da reunião os Líderes do Democratas e do PPS. Além disso, haverá uma ação firme para convidar representantes de outros partidos com possibilidade de diálogo sobre esse projeto do Governador José Serra em âmbito nacional. S.Exa. está na fase final do seu Governo, no qual houve investimentos próximos a 20 bilhões de reais, um Governo com investimentos em infraestrutura, mas de forte preocupação social.

É esse projeto que queremos apresentar e discutir com o Brasil: um governo que leve adiante propostas de investimento social e em infraestrutura e que pense no futuro do País.

Queremos ter um olhar para a frente. Queremos comparar modelos de gestão, queremos comparar capacidade de gestão, queremos comparar ação efetiva no Poder Público daqueles que exerceram ou exercem algum papel de influência na sociedade.



José Serra tem história e compromisso. Mas não queremos ficar presos a uma discussão que já foi julgada no passado. Fechamos 2 ciclos importantes na vida política brasileira: a eleição e reeleição de Fernando Henrique Cardoso e a eleição e reeleição do Presidente Lula.

O Brasil, hoje, em razão da continuidade de políticas já iniciadas em governos anteriores — talvez, um dos méritos deste Governo, inclusive no aspecto econômico —, pode dar novo salto de desenvolvimento sem ficar preso à disputa de uma outra geração.

Queremos pensar para a frente, adiante. E queremos, nesse sentido, convocar também todos os militantes desses partidos, todos aqueles que têm representação popular para, no dia 10 de abril, sábado pela manhã, virem a Brasília, a fim de que possamos fazer um movimento muito forte, mas muito dinâmico, pensando no futuro e abrindo diálogo com a sociedade.

Estabeleceremos quais serão os aspectos principais do próximo período de governo, tendo, no entanto, a humildade — que, por vezes, falta a algumas pessoas do próprio Governo — de reconhecer a continuidade, os avanços e as superações, bem como as circunstâncias em que assumiu o Presidente Fernando Henrique Cardoso e em que assumiu o Presidente Lula. Estabeleceremos as condições que vão permitir a um gestor como José Serra dar um salto de desenvolvimento pensando no futuro do Brasil.

São estes os 2 registros, Sr. Presidente: a ação junto ao Ministério Público Federal; e a convocação da sociedade brasileira para estabelecer esse diálogo com José Serra, candidato à Presidência da República.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O Deputado José Carlos Aleluia tem uma proposta a fazer.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, às vezes, subestimamos o discurso. Mas os discursos feitos por mim e pelos Deputados João Almeida e Gustavo Fruet sensibilizaram o Líder do PT, Deputado Fernando Ferro, homem preocupado com a pequena empresa.

S.Exa. nos procurou: *“Por que vocês estão pedindo 40 bilhões?”* Eu falei: *“Nós estamos pedindo uma parcela. Hoje o BNDES concede 90% para a grande”*. Quero, portanto, dar o mérito ao Deputado Fernando Ferro, que fez a proposta para que apresentássemos a emenda aglutinativa e, em vez de destinar 40 bilhões de reais para as pequenas e médias empresas, destinássemos 20 bilhões e aprovássemos mediante acordo.

O Deputado Fernando Ferro está de parabéns, e nós também, pois cumprimos o nosso dever, Sr. Presidente. Podemos votar sem verificação, com a aglutinativa. Em vez de ser 0% para as pequenas e médias empresas, seriam 25%.

É assim que se trabalha.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Governo e Líderes estão de acordo com essa fórmula? Todos estão de acordo? *(Pausa.)*

O Líder do Governo está de acordo com essa proposta? Acordo geral?
(Pausa.)

Muito bem, então, vamos esperar a emenda aglutinativa.



O SR. BERNARDO ARISTON (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero pedir ao Líder José Carlos Aleluia que resuma, rapidamente, a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Na verdade, no destaque, onde está escrito 50%, seria 25%. No destaque.

O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para o Democratas, o.k.

O SR. SANDES JÚNIOR (PP-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Para o PP, o.k., Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Está inscrito o Deputado Ronaldo Caiado, para falar a favor do requerimento.

Enquanto trazem a emenda aglutinativa, o Deputado Ronaldo Caiado, pelo prazo regimental, tem a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, utilizar o tempo na tribuna e trazer argumentos para o Plenário tem irritado sobremaneira o Deputado José Genoíno, que realmente sente dificuldades em defender as ações do Governo aqui.

Vou apenas esclarecer um ponto em relação ao BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Onde está o desenvolvimento do BNDES? Ele hoje se transformou no elemento capaz de concentrar e fazer grandes cartéis no Brasil. Ultimamente, o BNDES serve apenas para financiar — Deputado Zonta, que conhece a fundo a matéria — e fazer com que, em cada um dos setores da economia brasileira, não se tenha mais competitividade nem disputa.

O Governo elege quem deve ser o bem aquinhado pelo BNDES, injeta dinheiro nele e cria um grande monopólio e um grande cartel.

O Governo atual chama-se “Lula S.A.”. É uma grande S.A. Ele realmente, hoje, acabou com a capacidade de o cidadão ter a perspectiva de entrar no mercado, porque o médio, o pequeno ou o microempresário não tem acesso a isso. A geração de emprego é zero, porque só concentra, e a cada concentração das grandes empresas, o que temos é desemprego. Então, o “s” do social também desapareceu.

Mas para dar um exemplo concreto, a fim de que o Líder do PT ou do Governo possa explicar essa ação, eu quero relatar um fato aos Srs. e às Sras.



Deputadas. Vejam bem, o Friboi tem o monopólio no Brasil de todos os frigoríficos, comprou tudo com dinheiro do BNDES. Aí, foi para os Estados Unidos e comprou um frigorífico. Nesse momento, emitiu debêntures, emitiu dívida. V.Exas. sabem quantos por cento o BNDES comprou das debêntures, da dívida do Friboi nos Estados Unidos? Desminta-me, Líder do PT! Noventa e nove vírgula nove por cento de todas as debêntures lançadas pelo Friboi.

Hoje...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Não quero cometer indelicadeza. Pedi aos Srs. Líderes e aos Srs. Deputados que se ativessem ao tempo regimental.

Para concluir.

O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, mais 10 segundos.

Só essa grupo já recebeu do BNDES R\$7,5 bilhões. Como o PT vai defender isso? É indefensável.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Muito obrigado a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Cadê o acordo? Cadê a emenda aglutinativa? (*Pausa.*)

Não precisa tirar cópia, todos sabem que são 25% vezes 50%. Vamos votar logo isso?



O SR. DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vou ler a emenda aglutinativa.

“Art.45-A Do montante adicional de 80 bilhões, resultante da aplicação do art. 45 desta medida provisória, no mínimo 25%” — é aqui que está a modificação — “deverá ser repassado pelo BNDES às micro, pequenas e médias empresas.”

Vamos votar a Emenda nº 48, para aprovar, e, depois, a emenda aglutinativa.

Vamos votar rapidamente.

Estão todos de acordo? *(Pausa.)*

Coloquem “sim” no painel. *(Pausa.)* Todos votam “sim”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 052.4.53.O
Data: 24/03/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação a Emenda nº 48.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Quem estiver de acordo com a Emenda nº 48 permaneça como se acha. *(Pausa.)*

APROVADA.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação a emenda aglutinativa que acabei de ler.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Quem estiver de acordo permaneça como se acha. (*Pausa.*)

APROVADA.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem a palavra pela ordem o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Parabéns, Presidente! Uma grande conquista na noite de hoje para milhões de pequenas e microempresas. Só no SIMPLES e Super-SIMPLES, 3 milhões e 400 pequenas e microempresas. Se considerarmos as médias empresas, o Governo vai poder atender a 98% das empresas brasileiras com essa medida, com apenas 25%, porque elas não têm acesso nem a isso, só vai para as grandes empresas.

Parabéns ao Congresso! Parabéns às Lideranças do Governo e da Oposição!

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Parabéns a V.Exas. pelo diálogo que conseguiram fazer!



O SR. EDUARDO GOMES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (PSDB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Destaque para votação em separado do art. 50 do projeto de lei de conversão, assinado pelo Deputado Paulo Bornhausen.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar contra, Deputado José Genoíno. *(Pausa.)*



O SR. DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acompanhei o partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Deputado José Genoíno, para falar contra. (*Pausa.*)

Para falar a favor, Deputado Paulo Bornhausen.

O SR. PAULO BORNHAUSEN - Sr. Presidente, conceda a palavra ao Deputado José Maia Filho, primeiro. Eu falarei em segundo lugar.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O Deputado José Maia Filho tem a palavra.

O SR. JOSÉ MAIA FILHO (DEM-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é evidente que só podemos ficar contra esta emenda que aumenta a taxa da SUSEP, das seguradoras, aumento que, em determinados casos, chega a mais de 100%. Isso certamente vai onerar muito a nossa economia e o bolso das pessoas, dos empresários que têm a necessidade de segurar seus bens.

Mas o grande mérito que se está discutindo nesta noite diz respeito aos aposentados, que já vieram a esta Casa e viraram as costas para nós, Parlamentares, que não estamos dando a eles nenhuma oportunidade de matéria justa, de direito, ser aqui votada, Deputado Jorginho Maluly, ser aqui apreciada, para demonstrar de maneira genuína, Deputado José Genoíno, o posicionamento do Governo no trato e na prioridade que dá à política de remuneração das pessoas idosas, que já prestaram muito trabalho, muito serviço ao nosso País.

E o Relator da medida provisória, o Líder do Governo, diz que nossa emenda, minha emenda em especial, é inconstitucional. Não há nada de inconstitucionalidade! O que não há, na verdade, é vontade política para dar reajuste justo aos aposentados, de apenas 8,77%, que significa o INPC mais o PIB total de 2008, que representa aos cofres públicos R\$3,4 bilhões, valor insignificante, quando levamos em conta que o Governo emprestou ao BNDES, em 2009, R\$180 bilhões para subsidiar grandes empresas.

Agora, o que se está vendo e se vê muito nesta Casa e na atuação deste Governo é que, quando há recursos para bolsas sociais, que são importantes e



necessárias, o Governo não faz economia, porque há um viés eleitoreiro. Mas reajuste para os aposentados brasileiros, que vivem em situação de miséria e precisam de resposta desta Casa, nem sequer em votação nós, Parlamentares, temos a dignidade de colocar, Deputado Cleber Verde, defensor dos aposentados no Maranhão.

É por isso que aqui defendemos a obstrução, a não ser que esse acordo que seja ali...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Eu vou renovar o pedido de gentileza aos Srs. Deputados.

Eu fui cobrado a cumprir o Regimento, e tenho de cumpri-lo. Os senhores sabem que não gosto de cometer essa indelicadeza de simplesmente cortar a palavra.

Então, peço, mais uma vez: vamos combinar o jogo aqui! Os Srs. Deputados que forem encaminhar encaminhem no tempo regimental. Quando eu não sou cobrado, os senhores sabem que tenho a maior tolerância e acho até útil. Lamento até que não tenhamos debates de 20 ou 30 minutos cada um. Mas não é esse o Regimento.

Para concluir, por favor.

O SR. JOSÉ MAIA FILHO - Eu agradeço, Sr. Presidente, a compreensão de V.Exa. e lhe garanto que nos outros discursos nós vamos nos enquadrar no tempo.

Concluindo rapidamente, esperamos que aquela reunião que está ocorrendo lá embaixo seja de fato favorável e saia uma decisão benéfica aos aposentados



brasileiros, que merecem sim respeito, que merecem sim votação pela sua causa, que é justa e mais do que necessária.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno, que falará contra a matéria. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Bornhausen.

O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apoiamos este destaque exatamente porque não entendemos que a SUSEP deve majorar as suas taxas de fiscalização, muito menos estender essa capacidade de fiscalização além daquilo que ela hoje já tem como missão. A SUSEP deseja fiscalizar também o resseguro. É necessário que se faça essa correção. Esta emenda evita que se aumentem taxas e impostos.

Aliás, trouxe à discussão nesta Casa projeto de lei de minha autoria que pretende fazer algo que talvez as pessoas, neste momento, não entendem como viável, mas é muito viável: zerarmos o imposto dos 3 níveis para quem ganha até 3 salários mínimos no Brasil. Essa uma política de renda que será muito mais eficaz do que uma política de renda apenas distributiva, porque, além de ser didática, fará com que num movimento só a sociedade acelere as suas aquisições, a compra, mas para isso tenha condições de gerar mais impostos. É um ganha-ganha, diferente de programas que apenas dão e pouco fazem, uma vez que quando o cidadão recebe aquele recurso já o recebe com 50% de carga tributária.

Quando a SUSEP quer aumentar uma taxa, não diria que vamos encontrar uma fiscalização melhor, não é para isso, é para engordar os cofres. Haverá melhora na arrecadação, mas não nos serviços da SUSEP. Não há como. A arrecadação melhora, mas não melhora o serviço. Por que causar esse ônus aos segurados? Porque sabemos que as seguradoras vão transferir aos segurados o ônus de pagar mais para a SUSEP. Por que esse ônus a mais em uma carga



tributária embutida, da qual o cidadão não tem nem como fugir? Ele será simplesmente guindado a pagar e brindado com o aumento. Há que se fazer essa diferenciação.

Pedimos apoio a todos no sentido de que possam fazer seu dever de casa e negar esse contrabando na medida provisória, que é um aumento direto ou indireto, como queiram, de carga tributária no Brasil. Chega. Deu. Está de bom tamanho. O cidadão não quer mais pagar mais do que já paga. O cidadão quer de volta aquilo que paga em serviços e também em recursos para continuar gastando.

Pela aprovação.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vamos encaminhar.

Como vota o PMDB em relação ao destaque de bancada.

O SR. BERNARDO ARISTON (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Pela manutenção do texto. Portanto, vota "sim".

O PT, como vota, Deputado?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "sim".

Como vota o Democratas?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a posição do Democratas é "não", por um motivo só: isso ainda aumentar a taxa de fiscalização para a SUSEP.

Na verdade, o que ocorre? Ela quer agora cobrar mais para fiscalizar as corretoras e, ao mesmo tempo, as resseguradoras. A partir daí, ela vai passar para quem esse aumento dessa taxa? Exatamente para quem contrata seguro no Brasil.

Está claro que o que a SUSEP deseja é aumentar cada vez mais o seu ganho, que já é demais. Aquele cidadão que hoje vai contratar um seguro já não suporta mais a parcela do seguro e agora mais essa taxa que querem lhe impor.

Por isso, Sr. Presidente, a posição do Democratas é "não" a este destaque.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como vota o PSDB, Deputado João Almeida?



O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o PSDB vota “não”, pela supressão do artigo.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PP?

O SR. ROBERTO BRITTO (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o PP vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.

Como vota o PDT?

O SR. BRIZOLA NETO (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.

Como vota o PSC?

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC considera esse dispositivo temerário para os interesses do consumidor, do cidadão, do contribuinte.

Por isso, o PSC vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

Como vota o Bloco?

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB/PMN/PRB encaminha o voto “sim”, para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Voto “sim”, para manter o texto.

Como vota o PTB?



O SR. ARMANDO ABÍLIO (PTB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PTB vota “sim”, para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.

Como vota o PV?

O SR. EDSON DUARTE (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o PV, pela manutenção do texto, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.

Como vota o PR?

O SR. PASTOR PEDRO RIBEIRO (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota “sim”.

O SR. ARMANDO ABÍLIO (PTB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB votou “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PTB votou “sim”.

O SR. BRIZOLA NETO (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT votou “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PDT votou “sim”.

E o PTB? (*Pausa.*)

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, PSC votou “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PSC votou “não”.

Como vota o PPS? (*Pausa.*)

O SR. PASTOR PEDRO RIBEIRO (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PR vota “sim”.



Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, PSOL “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como vota o PPS? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria vota contra essa expansão fiscalista de aumentar impostos e tarifas de cobrança. Então, de comum acordo com os partidos da Oposição, recomendamos à base um pouco de cautela com essa voracidade e apelamos para que vote “não”. Vamos parar de aumentar impostos, tributação toda hora.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação o requerimento de destaque.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Aqueles que forem pela manutenção do artigo permaneçam como se acham (*Pausa.*)

MANTIDO O ARTIGO.



O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA) - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. CHICO D'ANGELO (PT-RJ) - Verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Verificação concedida.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Peço aos Srs. Parlamentares que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB está em obstrução.

O SR. PAULO ABI-ACKEL (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria está em obstrução.

O SR. ELIZEU AGUIAR (PTB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB vota “sim”, mas não foi registrado no painel.



O SR. ADEMIR CAMILO (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, na votação anterior, votei de acordo com o partido.



O SR. WILLIAM WOO (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o PPS está em obstrução.



O SR. CHICO D'ANGELO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, nas últimas votações, votei com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Brizola Neto, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. BRIZOLA NETO (PDT-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não queria voltar à tribuna para resgatar este assunto, mas o Deputado que todos conhecem — não vou citar o nome — como defensor da ditadura militar voltou à tribuna ontem e hoje para injuriar a história de Leonel Brizola. Aliás, a injúria àqueles que não estão mais aqui para se defender, a injúria aos mortos, é o comportamento típico dos verdadeiros covardes.

Quero dizer a este Deputado, quero dar a ele a mesma resposta que deu o meu avô Leonel Brizola quando provocado por um jornalista do Programa *Roda Viva* sobre essa questão de Cuba.

V.Exas. concordarão que o que disse ele naquele momento cabe a este Deputado que vem fazendo essas injúrias à história de Leonel Brizola. Não pode haver neste ambiente alguém que tenha uma cara mais de Ratón do que esse Deputado que quer acusar Leonel Brizola. Até porque quem tem o espírito dos ratos não pode ter compaixão com os seus semelhantes. Só mesmo alguém que tem o espírito de um rato pode defender a tortura, a violação dos direitos humanos e mesmo a morte de seres humanos, como defendeu esse Deputado.

Está aí na Internet para quem quiser ver; há um vídeo desse Deputado, Sr. Presidente, em que ele diz que a falha da ditadura militar foi apenas haver torturado, porque ela deveria ter matado todos aqueles que ela prendeu por oposição política.

Esse é o Deputado que quer acusar Leonel Brizola, dono de uma história ilibada e honrada. Como eu não poderia deixar esse episódio sem resposta, Sr. Presidente, e para concluir o meu pronunciamento, venho reafirmar que esta



Câmara não poderia ter aprovado uma moção que fala sobre direitos humanos quando tem como propositor um histórico defensor de violações aos direitos humanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas entra em obstrução.



O SR. BERNARDO ARISTON (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer eco às palavras do Deputado Brizola Neto. Eu tive oportunidade, desde garoto, de acompanhar Leonel Brizola e conheço bastante a sua história. Fui da juventude socialista do PDT, militei com os trabalhistas. Realmente, a memória de Leonel Brizola deve ser preservada.

Leonel Brizola foi um homem importantíssimo para o País, ajudou o País a se libertar em um momento difícil, criou toda uma geração de políticos no Rio de Janeiro e é exemplo para a Nação.

Eu me solidarizo com o Deputado Brizola Neto em seu pronunciamento.



O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar bem claro aqui que quem chamou o Leonel Brizola de Don Ratón foi o Sr. Fidel Castro, porque ele deu uma grana preta, alguns milhões...

O SR. BRIZOLA NETO (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, não! Não foi não, Deputado Bolsonaro!

O SR. JAIR BOLSONARO - Deixe-me falar. V.Exa. é covarde e não falou o meu nome na tribuna...

O SR. BRIZOLA NETO - O que eu recebi do Comandante Fidel Castro... A injúria, nós não vamos permitir que se instale aqui neste Parlamento. Eu vou dizer o que eu recebi do Presidente Fidel Castro na...

O SR. JAIR BOLSONARO - Chama de Don Ratón...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Não vou permitir discussões paralelas.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vamos ter calma no plenário.



O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito aos Deputados do PT que venham ao plenário votar, para derrotarmos esse *kit*, *kit* esse repetitivo, sem criatividade.

Mesmo negociando a aprovação de uma emenda, a Oposição continua obstruindo. Isto é, a Oposição não tem perspectiva de poder e tem de obstruir, obstruir, obstruir.

Venham ao plenário para votar “sim”.



O SR. BERNARDO ARISTON (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar este momento para chamar os Deputados do PMDB para que venham ao plenário votar. Precisamos concluir esta votação tão importante.

Venham ao plenário neste momento, pois precisamos atingir o *quorum*.



O SR. MARCELO TEIXEIRA (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem a palavra o Deputado Cleber Verde.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente quero cumprimentá-lo pela instalação da Comissão Especial da PEC nº 555, o que certamente é um anseio do servidor público aposentado, que teve o seu direito constitucional prejudicado. A PEC nº 555, de 2006, propõe a revogação do art. 4º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, que instituiu a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores aposentados e pensionistas.

Entendemos que a taxação de inativos foi muito prejudicial ao aposentado e não trouxe os benefícios esperados na arrecadação. Os números mostram isso.

Portanto, instalar essa Comissão que vai discutir novamente a possibilidade de se revogar a Emenda nº 41 é fundamental. Estou certo de que a Comissão irá discutir amplamente a matéria com os servidores públicos aposentados, na certeza de revogarmos essa emenda constitucional que os vem prejudicando frontalmente.

Sr. Presidente, também quero registrar o nosso apoio às emendas que foram apresentadas às Medidas Provisórias nºs 474 e 475 que tratam do reajuste das aposentadorias e pensões daqueles que ganham acima de um salário mínimo. Entendemos que é preciso, sim, fazer justiça aos aposentados. Há muito tempo que se clama aqui justiça aos aposentados.

A partir da votação da Medida Provisória nº 472, poderemos votar as Medidas Provisórias nºs 474 e 475.

É fundamental que nós possamos garantir aqui um reajuste melhor para os aposentados, ou seja, garantir a eles o índice do INPC e a correção do PIB,



garantindo àqueles que ganham acima do salário mínimo 100% da correção que foi dada ao salário mínimo. É o mínimo que esta Casa pode fazer em favor dos nossos aposentados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. BERNARDO ARISTON (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Rio de Janeiro continua na batalha em defesa dos seus *royalties*, na qualidade de Estado produtor.

Nesta sexta-feira, às 18h, na Praça Porto Rocha, no Município de Cabo Frio, será realizada uma grande manifestação em defesa dos municípios produtores.

O Rio de Janeiro, com a Emenda Ibsen Pinheiro, perderá 7 bilhões de reais. O povo do Rio de Janeiro não está satisfeito com isso.

Sr. Presidente, quero aproveitar este momento, se V.Exa. me permitir, para convidar todos a participarem dessa manifestação, na sexta-feira, às 18h, no Município de Cabo Frio. Essa manifestação será organizada pelo Prefeito Marquinho Mendes e apoiada por todos os Prefeitos da região dos Lagos.

Estaremos lá, com certeza, em defesa do Estado do Rio de Janeiro e dos Estados produtores.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra ao Deputado Jorginho Maluly.

O SR. JORGINHO MALULY (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas gostaria de registrar que no próximo domingo acontecerá a abertura da Conferência Nacional de Educação, aqui em Brasília.

Educação é um tema importante. Hoje, o Ministro Fernando Haddad esteve na Comissão de Educação para falar sobre o assunto.

Também quero parabenizar a cidade de Coroados, que V.Exa. conhece, próxima a Penápolis. Neste sábado participamos, junto com o Prefeito Nelson, o Vice-Prefeito Sombra e todos os Vereadores, da inauguração de uma nova creche, que vai atender 80 crianças em período integral, e de 4 salas de aula na Escola Frei Maria, que darão mais conforto e condições para os alunos frequentarem a escola.

Então, quero parabenizar o Município de Coroados pela conquista, neste final de semana, de uma nova creche, de mais 4 salas de aula e também de uma nova praça reurbanizada.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Está encerrada a votação.

Votaram “sim” 229 Srs. Parlamentares; “não”, 27 Srs. Parlamentares; 2 se abstiveram.

PORTANTO, O TEXTO FOI MANTIDO.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Destaque de bancada, assinado pelo Líder do Democratas, para votação em separado do art. 59 do projeto de lei de conversão.



O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, votei com o PT.

O SR. MOACIR MICHELETTO (Bloco/PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na última votação.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar a favor, com a palavra o Deputado Paulo Bornhausen, pelo prazo regimental.

O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente quero fazer o registro da alegria da cidade de Itajaí, em Santa Catarina, de ter sido escolhida para sediar uma das etapas da regata Volta ao Mundo, da Volvo Ocean Race. Antes, a parada era no Rio de Janeiro; agora foi para a cidade de Itajaí, que conta com um sistema portuário fantástico e vem-se recuperando desde as enchentes.

Tenho certeza absoluta de que a cidade preparará, em 2012, a melhor das 9 paradas. A regata vai passar pela Cidade do Cabo, Abu Dhabi, Sanya, Itajaí, Miami, Lisboa, Lorient (França), e Galway (Irlanda).

Quero parabenizar o Prefeito de Itajaí, Jandir Bellini, e a Vice-Prefeita, Dalva, pela grande conquista e agradecer ao Governador do Estado, Luiz Henrique, e ao Vice-Governador, Leonel Pavan, a possibilidade de levarmos para lá esse evento.

Agora vamos ao destaque. Reiteradas vezes tenho vindo a esta tribuna dizer que há muito, mas há muito tempo mesmo, o PT deixou de ser o Partido dos Trabalhadores para ser o Partido dos Tributos. A sigla ficou a mesma, só trocou “trabalhador” por “tributo”.

Esse é o segundo destaque. O primeiro: numa mesma medida provisória, ficou mantido o aumento da taxa de fiscalização da SUSEP, cuja conta irá para o correntista, para o cidadão que compra o seguro pagar.

Agora é o INMETRO: aumento de taxa de fiscalização para o INMETRO. Ora, vejam bem, para quê? Para aumentar a eficiência do INMETRO? Não é verdade. Para mais gastos, para fazer mais gastança. E nas costas de quem? Do senhor



contribuinte, do cidadão brasileiro, que a essa altura não aguenta mais pagar imposto.

Nesta semana, o Sr. Presidente Lula andou dizendo por aí que a carga tributária no Brasil é justa porque é uma forma de atender às pessoas mais pobres com os programas sociais.

É uma grande mentira, porque, na verdade, essa carga pune o pobre! Quem ganha até 3 salários mínimos, no Brasil, paga 53% de carga tributária. O Presidente diz que olha os pobres, mas metade do Bolsa Família já é imposto embutido, e o pior deles, o mais malvado, aquele que não se vê. Mas os ricos, no Brasil, não. Esses não pagam! São pessoas jurídicas. Os muito ricos nem existem para o Fisco.

Então, há que se fazer justiça tributária, mas não dessa forma. Se aumentarmos uma taxa do INMETRO, para onde ela vai? Vai para o posto de gasolina. Quem usa gasolina no Brasil? Quem tem uma moto, um carrinho mil, e que vai pagar o INMETRO porque vai aumentar o preço da gasolina. O dono do posto vai repassar esse custo, que será cobrado do consumidor.

Temos que votar a favor desse destaque, para moralizar essa questão. Chega deste Partido dos Tributos!



O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o meu partido.

O SR. CAPITÃO ASSUMÇÃO (Bloco/PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o meu partido.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votaria a favor da matéria se aqui estivesse.

O SR. ÁTILA LIRA (Bloco/PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o PSB na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar contra, tem a palavra o Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, orientamos o voto “não”, para manter o texto. Os argumentos apresentados não se justificam. Nós votamos “não” e orientamos a bancada a votar “não”. A emenda supressiva não significa manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Já vale como orientação da bancada o voto “não”.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado José Maia Filho

O SR. JOSÉ MAIA FILHO (DEM-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fica bem claro que a taxa do INMETRO é um custo que comerciantes, empresários e vendedores embutem em seus produtos. Não é lógico o Governo suprimir o aumento dos aposentados e defender o aumento da taxa do INMETRO, que vai incidir diretamente na cesta básica de que o aposentado precisa para sobreviver.

Nosso partido é contra os tributos e impostos, que já estão bastante escalonados no País. É por isso que tanto defendemos a contenção e queda dessa sede de arrecadação que tem o Governo, que não quer ceder o aumento. Se fizermos um levantamento, esse aumento vai representar muito pouco aos cofres do Governo, pois ele é menor ainda do que o aumento que foi dado ao salário mínimo — representa apenas 8,77% aos aposentados brasileiros, 100% do PIB mais o INPC.

O Governo quer dar 6,14%. O aumento que estamos defendendo representa 3,4 bilhões de reais, um valor insignificante quando comparamos os investimentos que o Governo fez, no ano passado, ao capitalizar o BNDES para emprestar 180 bilhões de reais a grandes e médias empresas brasileiras.

Então, vamos conter impostos, conter tributos, e não vamos diminuir a capacidade de consumo da população brasileira.

Desta Casa o povo brasileiro não espera outra decisão que não o impedimento desse reajuste da taxa do INMETRO que irá incidir diretamente, Deputado Celso Russomanno, no bolso do consumidor brasileiro.

É por isso que votamos contrariamente.



O SR. EDUARDO AMORIM (PSC-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, votei de acordo com o partido.

O SR. ÁTILA LIRA (Bloco/PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, votei com o PSB.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vou colher o voto dos Srs. Líderes.

O PT, como vota?

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT é contra a emenda supressiva, mas, para manter o texto, o “contra” significa “sim” no painel.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PT vota “sim”.

O PMDB, como vota?

O SR. BERNARDO ARISTON (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PMDB vota “sim”.

Como vota o Bloco?

O SR. ÁTILA LIRA (Bloco/PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O Bloco vota “sim”.

Como vota o PTB?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ (PTB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota “sim”.

Queria aproveitar e justificar o meu voto com o partido na última votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PPS, como vota? (*Pausa.*)

PSOL? (*Pausa.*)

Democratas?

O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas, Sr. Presidente, vota “não” e chama a atenção do Plenário



para o fato de que essa é a segunda medida, dentro da medida provisória, de aumento de tributos, de aumento indireto. Trata-se de uma cobrança, de um aumento de taxa do INMETRO que vai terminar no posto de gasolina, na mercearia; que vai aumentar o custo do seu produto.

Então, o que queremos é acabar com esse aumento de carga tributária, que, de grão em grão, já está em 40% no Brasil.

O voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O voto é “não”.

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

PP?

O SR. ROBERTO BRITTO (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota “sim”, Sr. Presidente, pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PP vota “sim”.

PR?

O SR. DR. PAULO CÉSAR (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.

E o PDT, Deputado Miro Teixeira, vota “sim”?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no PDT a questão está liberada, porque alguns não votam. Eu não voto a favor de aumento de imposto e de taxa de contribuição, porque já acho demais. Outros têm uma visão ideológica também legítima. Então, nós liberamos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PDT libera a bancada?

O SR. MIRO TEIXEIRA - Isso, libera a bancada. O meu voto é negativo.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PSC?

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o INMETRO é uma instituição respeitabilíssima, que presta relevantes serviços ao povo brasileiro. Sua importância e necessidade crescem à medida que aumenta a complexidade do meio social. Novos instrumentos de aferição de medição são importantes não só para o consumo, mas para a segurança das pessoas, e não são normalmente apresentados a cada ano que passa.

Ocorre que, desde 2003, não há qualquer reajuste nas tabelas do INMETRO. É preciso, então, adaptarmo-nos às novas circunstâncias. São necessários aparelhos mais sofisticados, mais atenção e mais cuidados, mais formação de pessoal. Tudo isso é necessário. Daí, então, se justifica plenamente a revisão das tabelas do INMETRO.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como vota?

O SR. MARCONDES GADELHA - Por isso, o PSC vota pela manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Pela manutenção do texto.

Como vota o PSDB?

O SR. ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós não achamos razoável nem justificável o aumento das taxas do INMETRO em torno de 30%. E justamente por não ser razoável, por não haver justificativa lógica e defendendo sempre a redução e não o incremento de taxas, é que o PSDB orienta o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Voto “não” do PSDB.

Partido Verde?



O SR. EDIGAR MÃO BRANCA (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o Partido Verde é pela manutenção do texto do companheiro Marcelo Ortiz.

Encaminhamos o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como vota o PPS? *(Pausa.)*

PSOL? *(Pausa.)*

Minoria?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a orientação da Minoria é votar “não”.

É evidente que o aumento de taxa neste momento não é adequado, até porque esta medida provisória foi editada no final de 2009, sem que houvesse, efetivamente, a possibilidade de debate mais profundo para saber que impacto teremos em relação a isso.

Por isso, orientamos o voto “não”.



O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a orientação do Governo é o voto “sim”, mas V.Exa. sabe quanto custa para nós — para mim, pessoalmente, e para o Governo — não continuarmos a votação e não votarmos a Medida Provisória nº 475.

Acho que, devido a diversas questões conjunturais momentâneas, nós podemos fazer um acordo com a Oposição, se esta concordar. Retira-se a obstrução e nós terminamos de votar esta emenda. Na próxima semana, votamos 2 projetos: o da banda larga e o do acesso à informação. Depois, votaremos as medidas provisórias. Mas na próxima semana nós votaremos apenas esses 2 projetos. A Oposição levanta a obstrução e nós encerramos a sessão por hoje.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - É uma boa proposta do Líder do Governo. Peço que V.Exas. conversem.

Há mais 2 destaques. A Oposição poderia levantar a obstrução. Na próxima semana, votaremos os projetos. E na outra semana — portanto, daqui a 15 dias — votaríamos a Medida Provisória nº 475.

V.Exas. conversem sobre isso.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 052.4.53.O
Data: 24/03/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação a manutenção do artigo.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

MANTIDO O ARTIGO.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Requerimento de destaque da bancada do Bloco PMDB/PTC para votação em separado do art. 62 do projeto de lei de conversão, para fins de sua supressão.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar a favor da matéria, com a palavra o Deputado Vanderlei Macris. *(Pausa.)*



O SR. JOÃO OLIVEIRA (DEM-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, quero justificar a minha votação acompanhando o partido.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, votei de acordo com o partido nas votações anteriores.

O SR. EDIGAR MÃO BRANCA (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.

O SR. CAPITÃO ASSUMÇÃO (Bloco/PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o meu partido na votação anterior.

O SR. OLAVO CALHEIROS (Bloco/PMDB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é notória a confusão feita pelo Governo quando, numa medida provisória, extrapola o que, com certeza, V.Exa. nesta Casa já decidiu.

Há uma série de questões nesta medida provisória totalmente fora do que é a lógica da proposta, há matérias estranhas a essa mesma proposta.

Quando o PMDB apresenta este destaque, queremos dizer que estaremos nesta mesma direção, votando “não” ao texto desta proposta.

O art. 62 diz claramente:

“Art. 62. Os contratos de arrendamento de instalações portuárias anteriores à Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, deverão ser adaptados a esta, inclusive quanto ao prazo, desde que estejam em operação e adimplentes às suas obrigações tributárias”.

Sr. Presidente, essa é uma matéria estranha ao que trata a medida provisória, razão pela qual nós queremos suprimir esse texto. E a supressão desse texto está exatamente na mesma direção do que defendemos, que é uma discussão mais adequada e especialmente voltada a esse tema.

Nós temos um projeto na Casa que prorroga contratos de arrendamento de áreas portuárias, e é sobre esse projeto que devemos promover uma discussão.

O Relator trouxe nessa matéria uma proposta de prorrogação dos contratos de arrendamento em áreas portuárias anteriores a essa lei. Somos contrários e



queremos retirar isso do texto. A nossa proposta é exatamente no sentido de votar “não” ao texto apresentado pelo Relator.

Além disso, Sr. Presidente, essa é uma decisão já tomada por V.Exa. V.Exa. disse claramente, na resposta que deu aos Deputados Fernando Coruja e Ronaldo Caiado, que serão inadmitidas emendas estranhas ao núcleo material das medidas provisórias, aí incluída eventual inserção de matéria estranha pelo Relator.

E foi exatamente isso o que aconteceu. A matéria é estranha à medida provisória e deve ser retirada do texto. É essa a proposta que vamos fazer orientando o voto “não” ao texto do Relator.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. WILLIAM WOO (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acompanhei o PT na votação anterior.

O SR. BETO MANSUR (PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.

O SR. PEDRO HENRY (PP-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com a bancada.

O SR. GLADSON CAMELI (PP-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar contra, Deputado José Maia Filho. *(Pausa.)*

Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Paulo Bornhausen.

O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos apoiar a manutenção do texto.

Ouvi atentamente o Deputado que me antecedeu, e verifico que há uma série de conversas a respeito do tema, que parece até tangenciar um pouco a legalidade. Mas, pelas justificativas do Relator, que são claras, e diante da insegurança jurídica que se tem hoje quanto às concessões anteriores, de 1993, vejo que há um clamor para que haja simetria no tratamento, a fim de que possa continuar havendo competição entre os portos, e que essa competição seja uma competição sadia.

Em hipótese alguma somos contrários a qualquer tipo de processo licitatório. Pelo contrário! Mas existem alguns momentos em que precisamos olhar o contexto, verificar o que acontece, para tomar uma decisão. E essa decisão neste momento é sensata.

O Relator acatou, e nós vamos dar o nosso apoio.

Venho de um Estado que tem muitos terminais portuários, um Estado que tem vocação exportadora, que tem grande vocação para o comércio internacional, mas diversas situações legais fazem com que, em determinado momento, haja assimetria.

É difícil ver no Brasil ou no mundo um Estado como o meu, que tem 5 grandes terminais — 1 em conclusão e 4 em operação. E são terminais que servem a regiões distintas, a produtos distintos, mas, mesmo assim, competem entre si. Então, a qualquer assimetria, há um desequilíbrio regional.



Eu diria que Santa Catarina é o que o Brasil gostaria de ser, é um Estado que reflete aquilo que o Brasil gostaria de ser: um Estado equilibrado, com grande potencial humano, renda média *per capita* muito interessante, boa qualidade de vida e um comércio voltado para o mundo. E é preciso ver que essas questões são importantes.

Ressalto esses dados para reflexão. Não estudei a fundo o tema, mas conversei com uma série de Deputados e tenho hoje a convicção de que é possível se fazer a defesa da emenda, como faz o Relator.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho pela aprovação.

Não tenho muita esperança de ver aprovado o texto. Acho mesmo que ele será destacado, pois as grandes bancadas estão contrárias à sua aprovação, mas deixo aqui um posicionamento: pela legalidade, sim, mas também pelo equilíbrio e pela simetria.



O SR. LEANDRO VILELA (PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o PMDB.

O SR. MIGUEL MARTINI (PHS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Votei com o partido na votação anterior, Sr. Presidente.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.
Presidente, votei com o PTB nas votações anteriores.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Relator, Deputado Marcelo Ortiz, que falará contra a matéria.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, consignei o art. 62 porque as mudanças operadas a partir da vigência da Lei dos Portos trouxeram evidentes benefícios para o setor portuário brasileiro. Entre esses benefícios, inclui-se a estipulação de prazo dos contratos de exploração, compatível com o volume dos investimentos demandados, garantindo dessa forma a segurança para sua amortização. Isso significa um prazo de 25 anos, prorrogável uma única vez por igual período.

O que acontece? O art. 48 da Lei nº 8.630 determina que *“os atuais contratos de exploração de terminais ou embarcadores de uso privativo deverão ser adaptados, no prazo de até 180 dias, às disposições desta lei, assegurado aos titulares o direito de opção por quaisquer das formas de exploração previstas no inciso II do § 2º do art. 4º desta lei”*.

O art. 53 diz que *“o Poder Executivo promoverá, no prazo de 180 dias, a adaptação das atuais concessões, permissões e autorizações às disposições desta lei”*.

Apesar do imperativo comando legal existente, muitos contratos, até gerenciados pelas autoridades portuárias, não foram adaptados. A lei não foi cumprida.

Por esse motivo, vi justiça no procedimento. Para que esses locais tivessem investimento daqui para frente ou anteriormente, eles deveriam ter a garantia do investimento que iriam fazer. Hoje, nenhum desses estabelecimentos portuários tem condições nem garantia para isso. Quando se fala em licitação, ela também não é



realizada. Não há esse procedimento. É uma dúvida total e absoluta. E isso é prejudicial para o País.

O que está consignado no PLV vem simplesmente ao encontro da reivindicação dos operadores, que reclamam condições seguras para o retorno de seus investimentos. Mais do que isso, perseguem o interesse público, uma vez que a resolução desse impasse favorece a continuidade do dinamismo do comércio internacional do País, muito bem explicado aqui pelo Líder do DEM.

Dessa forma, o nosso posicionamento é no sentido de que haja a manutenção do texto consignado no PLV. É a posição da Relatoria, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como votam os Srs. Líderes?

Como vota o PMDB?

O SR. EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB apresentou esse destaque não por querer entrar na discussão do mérito, mas simplesmente porque é uma matéria estranha, não havia sido colocada com antecedência prévia que permitisse uma discussão. Além disso, foi o próprio Governo que pediu ao PMDB que apresentasse o destaque.

Não descartamos a possibilidade de tratar dessa matéria lá na frente. Porém, neste momento, pela falta de discussão e pela falta de conhecimento e debate do tema, o PMDB preferiu apresentar o destaque e votar favoravelmente à supressão.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”. Portanto, vota pela supressão do artigo.

Como vota o PT? (*Pausa.*)

Como vota o Bloco?

O SR. JÚLIO DELGADO (Bloco/PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como vota o PTB?

O SR. PEDRO FERNANDES (PTB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.

Como vota o Bloco?

O SR. JÚLIO DELGADO (Bloco/PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - “Não”.



Como vota o PPS?

O SR. CEZAR SILVESTRI (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PPS vota pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "sim", portanto.

Como vota o PR?

O SR. DR. PAULO CÉSAR (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PR vota "não".

O SR. JÚLIO DELGADO (Bloco/PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero retificar: o Bloco vota pela manutenção do texto. O Bloco vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O Bloco vota "sim".

O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Democratas, "sim".

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Como vota o PP?

O SR. ROBERTO BRITTO (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "não".

Como vota o PV?

O SR. DR. TALMIR (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Antes, Sr. Presidente, quero justificar o meu voto anterior: votei com o partido.

Agora, o voto do PV: votamos "sim", pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "sim".



Como vota o PSC?

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trata-se, evidentemente, de matéria estranha ao texto original, mas essa medida provisória é tão diversificada, é tão variegada, que já não sabemos mais o que é próprio, o que é impróprio ou qual é o objetivo final de tudo isso.

Nesses termos, o PSC vai praticar um ato de fé em favor do Relator, votando “sim” à manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.

Como vota o PT?

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Como vota o PSOL? (*Pausa.*)

Como vota o Governo?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 052.4.53.O
Data: 24/03/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

SUPRIMIDO O ARTIGO.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Requerimento de destaque:

“Senhor Presidente,

*Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 185, § 4º, do
Regimento Interno, a quebra do interstício de uma hora...”*

Não houve acordo para votar o último destaque?

O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Há acordo, sim, Sr. Presidente, de votarmos o último destaque nominalmente, a pedido da Liderança do PPS. E foi aceito pelo Líder do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Não?

O SR. PAULO BORNHAUSEN - Não?

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - É o último destaque.

O SR. PAULO BORNHAUSEN - É o último destaque. Foi pedido pelo Deputado...

O SR. CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente...

O SR. PAULO BORNHAUSEN - Bom, então, o Líder do Governo...



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma comunicação que reputo da mais alta importância para o processo político deste País.

Em 2005, Humberto Costa, então Ministro da Saúde do Governo Presidente Lula, foi acusado pelo Ministério Público, sem qualquer prova das irregularidades que ele, na condição de Ministro da Saúde, havia mandado apurar.

Essa denúncia feita pelo Ministério Público naquele momento custou a Humberto Costa, à sua família, aos seus amigos e à militância da Esquerda em Pernambuco, além de sofrimento pessoal indescritível, a ida ao segundo turno da eleição para Governador de Pernambuco — e, naquele momento, Humberto Costa tinha assegurada a sua vitória.

Custou a denúncia, portanto — quem sabe? —, a eleição do companheiro Humberto Costa ao Governo do Estado de Pernambuco.

Agora, Presidente Michel Temer, o próprio Ministério Público Federal reconheceu a inocência de Humberto Costa. Hoje, na sessão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, sua inocência foi reconhecida pelos Desembargadores Federais daquele tribunal.

O ex-Ministro Humberto Costa foi absolvido por unanimidade pelo Tribunal Regional Federal de Pernambuco. Cabe agora ao povo de Pernambuco resgatar essa trajetória injustamente interrompida.

Quem haverá de reparar o sofrimento, o prejuízo pessoal e político que o companheiro Humberto Costa sofreu? Fica a lição, para que denúncias



irresponsáveis, sem prova, não interfiram no processo político, não substituam a vontade de todo um povo.

Portanto, que esse episódio da injustiça contra Humberto Costa seja objeto da reflexão do conjunto do Ministério Público e desta Casa, para que episódios lamentáveis como aquele de 2006 não voltem a atingir a democracia brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 185, § 4º, do Regimento Interno, a quebra de interstício de uma hora para solicitar a verificação da votação da Emenda nº 67, destacada pelo PPS”.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar a favor, Deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço uma consulta ao Líder Vaccarezza para saber se há a concordância de S.Exa. em que esse último destaque seja nominal.

Se houver, retiro o requerimento de quebra de interstício.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Líder Cândido Vaccarezza, o Deputado Cezar Silvestri... *(Pausa.)*

Não tem.

Pode encaminhar a favor, Deputado.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, é desnecessário continuarmos com o requerimento. Por isso, nós o retiramos.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Muito bem.

Está retirado o requerimento.



O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - Sr. Presidente, justifico que, na votação anterior, teria votado com o meu
partido.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Destaque de bancada para votação em separado da Emenda nº 67, assinado pelo Deputado Fernando Coruja.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Cezar Silvestri, que falará a favor da matéria, pelos 3 minutos regimentais.

O SR. CEZAR SILVESTRI (PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me fez apresentar este destaque foi a grande disparidade tributária existente no setor de comercialização de refrigerantes em nosso País.

Até bem pouco tempo atrás, a cobrança do IPI na venda de refrigerantes era feita por litragem, ou seja, pelo volume, fazendo com que as pequenas empresas, principalmente as regionais, pagassem até 3 vezes mais imposto do que as grandes empresas, sobretudo as multinacionais.

A outra disparidade está no fato de as empresas — e citaria, por exemplo, a Coca-Cola, uma grande empresa multinacional — produzirem as suas matérias-primas na Zona Franca de Manaus, onde têm 27% de crédito de IPI. Na hora da venda, porém, elas são tributadas em 10%, o que faz com que somente a Coca-Cola deixe de contribuir para a Receita Federal com 1 bilhão de reais por ano, e a Receita Federal faz de conta que não vê que isso acontece.

Com relação à tributação por volume, já corrigimos isso na Medida Provisória nº 413, inclusive com o apoio de diversos Parlamentares da base do Governo.

O que pretendemos com este destaque é acabar com outra injustiça: a que faz com que, em relação às empresas regionais do setor de refrigerantes, o PIS/COFINS seja cobrado na fonte, antecipadamente. Esse é o único setor em que a cobrança do PIS/COFINS é feita de forma antecipada, prejudicando claramente as pequenas empresas, as empresas regionais, que não têm capital de giro e que,



muitas vezes, têm de fazer empréstimos em bancos para pagar o imposto primeiro e só depois produzir e vender.

Além disso, é muito claro que as grandes empresas multinacionais, além de terem capital de giro, vendem seus produtos à vista, enquanto as pequenas empresas, que geram 3 vezes mais emprego do que as grandes multinacionais, acabam tendo de fazer empréstimo e vendendo parceladamente, muitas vezes com 30, 60 dias.

Por isso, Sr. Presidente, junto com um grupo de Deputados, estamos recriando a Frente Parlamentar Nacionalista, por meio da qual devemos defender as empresas brasileiras que geram emprego, principalmente as pequenas empresas.

Hoje, somente duas ou três empresas multinacionais representam 90% do faturamento na venda de refrigerantes; 10% são das pequenas. E, como disse, as pequenas geram duas, três vezes mais empregos.

Por isso apelo para a sensibilidade de todos os Srs. Deputados. Não há perda nenhuma de receita por parte do Governo Federal. O Governo não perde absolutamente nada de receita. Se aprovarmos este destaque, estaremos, única e exclusivamente, acabando com essa injustiça tributária.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vamos à orientação das bancadas.

O SR. EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “não” à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PMDB vota “não” à emenda.

PT como vota?

O SR. MAGELA (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PT, “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PT, “não”.

O Bloco, como vota?

O SR. JÚLIO DELGADO (Bloco/PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. LIRA MAIA (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Democratas, “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Democratas “sim”.

PP?

O SR. ROBERTO BRITTO (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PR?

O SR. DR. PAULO CÉSAR (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

PDT?

O SR. BRIZOLA NETO (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

PTB?

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB vota “não” à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PTB vota “não”.

PDT votou? (*Pausa.*) Votou.

PSC?

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PSDB?

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PSDB vota “sim”.

PV?

O SR. EDSON DUARTE (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PV, “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - “Não”.

PPS?

O SR. CEZAR SILVESTRI (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.



Minoria?

O SR. PAULO ABI-ACKEL (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- A Minoria vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - A Minoria vota “sim”.

Como vota o Governo?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo aproveita a oportunidade para parabenizar o Relator, Deputado Marcelo Ortiz, que fez um excelente trabalho, ouviu todos os segmentos da Câmara dos Deputados, incorporou e aprimorou o projeto do Governo e trouxe para o debate, de uma medida provisória complexa como essa, um relatório extremamente qualificado e positivo.

O povo de São Paulo tem razão ao eleger um Parlamentar como o Deputado Marcelo Ortiz. Agradeço a S.Exa. e o parabenizo pelo relatório.

O Governo vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”, portanto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 052.4.53.O
Data: 24/03/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação a emenda.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. Quem for contra levante o braço. *(Pausa.)*

REJEITADA.



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Há sobre a mesa e vou submeter a
votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.



O SR. MAGELA (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se aqui estivesse, eu teria votado com o partido.